

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Experiência prática: traduzindo a legislação americana relativa ao crime organizado, aos crimes de guerra e ao terrorismo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Projeto final de tradução submetido à Faculdade de Letras da Universidade de Brasília, como requisito para aprovação na Disciplina Projeto Final de Tradução, sob a orientação da Prof.^a Alessandra Ramos de Oliveira Harden.

Brasília, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFLEXÕES TEÓRICAS	9
2.1 Do gênero textual.....	9
2.2 Da equivalência.....	11
3 TEXTO ORIGINAL E TRADUÇÃO	16
4 GLOSSÁRIO.....	70
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1 INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos da América são a maior potência econômica e cultural do Mundo. Então, é natural que países como o Brasil sejam influenciados pela cultura americana, sua música, pelo modo de pensar e até mesmo de vestir de sua gente. Em 11/09/2001, os EUA experimentaram o pior ataque terrorista da história daquele País e quiçá da história mundial. Naquela ocasião, o World Trade Center, símbolo do capitalismo americano, edifício composto pelas chamadas torres gêmeas, foi brutalmente atingido por dois aviões que haviam sido sequestrados por terroristas.

A partir de então, os EUA passaram a adotar uma política antiterrorista de maior rigor. Invadiram o Iraque, sob o argumento de que aquele País possuía armas de destruição em massa e adotaram maior controle da entrada de pessoas no País, principalmente por meio dos aeroportos.

Tendo isso em mente, ou seja, a preocupação dos EUA com o terrorismo e crimes afins e a importância e influência desse País no mundo, vislumbrei a possibilidade de verificar a existência de alguma similitude entre a legislação penal americana que trata do terrorismo, crimes de guerra e crime organizado com a legislação brasileira.

Para tanto, identifiquei na legislação brasileira a existência de apenas uma lei tratando de crime organizado, qual seja, a Lei nº 9.034, de 1995, que foi recentemente revogada pela Lei de nº 12.850, de 2013, que passou a disciplinar o assunto. Quanto ao terrorismo e crimes de guerra, constatei inexistir qualquer norma legal brasileira específica sobre esses temas. No entanto, a referida Lei 12.850, de 2013, também se aplica às organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em território nacional, conforme prevê o inciso II, do § 2º do seu art. 1º

No âmbito da legislação americana, identifiquei, no Código de Leis dos Estados Unidos da América (USC - *United States Code*), as seguintes leis disciplinando os crimes e respectivas penas relacionadas ao crime organizado, crimes de guerra e terrorismo:

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Racketeer Influenced Corrupt Organizations, relativa ao crime organizado; *War Crimes*, relativa aos crimes de guerra e *Terrorism*, relativa ao terrorismo.

Comparando a lei brasileira com a americana acerca das organizações criminosas, identifiquei que ambas dispõem sobre a investigação criminal, os crimes correlatos e o procedimento criminal a ser aplicado, muito embora a lei brasileira ordene aplicar, no que se refere aos crimes nela previstos e as infrações penais conexas, o disposto no Código de Processo Penal, enquanto a lei americana contém nela própria a disciplina desses temas.

Na verdade, as leis contêm mais diferenças do que semelhanças. Dentre essas diferenças, observei que apenas a lei brasileira premia, com o perdão judicial ou a redução da pena, o criminoso que vier a colaborar com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um resultado relevante para o desmantelamento da organização criminosa.

Diversamente da lei brasileira, a lei americana descreve detalhadamente as atividades consideradas de organização criminosa, considerando como tais inúmeros crimes, tais como propina, fraudes de documentos, lavagem de dinheiro, contrabando de cigarro, tráfico de armas químicas, etc. A lei brasileira, por sua vez, define organização criminosa como sendo a “*a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional*” (§ 1º do art. 1º) e considera crime o ato de “*promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa*” (art. 2º, *caput*),

Percebe-se então que a lei brasileira não se preocupa em detalhar, como faz a lei americana, quais os crimes que podem ser cometidos pela organização criminosa. Para a lei brasileira, para a caracterização da organização criminosa, basta que quatro ou mais pessoas se associem com o objetivo de cometer quaisquer crimes cominados com penas máximas superiores a quatro anos ou de caráter transnacional.

Uma outra distinção entre a legislação brasileira e a americana consiste no detalhamento que faz esta última quanto aos procedimentos relativos à expropriação de

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

produtos do crime. A Lei nº 12.850, de 2013, do Brasil, ao contrário, nada dispõe sobre essa matéria, uma vez que os referidos procedimentos expropriatórios são disciplinados no Código de Processo Penal e em leis específicas, como por exemplo, a Lei nº 8.257, de 1991, que dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.

Neste trabalho, então, apresento uma tradução de cerca de 40 laudas (cada lauda contendo 1350 caracteres com espaço) das referidas leis americanas, contidas no código de leis dos Estados Unidos da América (USC - *United States Code*), quais sejam: *Racketeer Influenced Corrupt Organizations*, relativa ao crime organizado; *War Crimes*, relativa aos crimes de guerra e *Terrorism*, relativa ao terrorismo. Quanto a esta última apresento apenas a tradução das partes denominadas *definitions* e *use of weapons of mass destruction* (definições e uso de armas de destruição em massa).

Deve-se ter em mente, de antemão, que, em razão das diferenças linguísticas e culturais, e mesmo pela inexistência de parâmetros comparativos no caso da lei antiterrorismo, não haverá uma perfeita equivalência para a língua portuguesa de muitos dos termos empregados naqueles diplomas legislativos.

Com efeito, como já discutido exaustivamente pelos teóricos da tradução, desde as reflexões iniciais extraídas do mito da Torre de Babel, em especial pelo filósofo francês Derrida, as inúmeras diferenças linguísticas e culturais não permitem que se faça uma equivalência perfeita entre a informação original da língua de partida para a língua de chegada. Assim, não havendo equivalência, o tradutor termina por vezes transformando o texto no qual se debruça na árdua tarefa de tradução. Nesse sentido, ao tratar do tema, Rodrigues (2000) assevera:

(...) a tradução é um texto que se insere em uma outra cadeia diferencial, substituindo e modificando, o texto de partida. Assim, conceber a tradução como uma relação complexa entre dois textos, não como uma relação de equivalência em que haveria simetria entre eles, significa conceber a tradução como o lugar da diferença, como um processo que promove a transformação de valores.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Além do dilema da equivalência, deparei-me com o problema advindo da tradução de um texto técnico-jurídico, consubstanciado nas leis penais americanas objeto deste trabalho.

Como as leis em geral impõem um dever-ser, como dizem os juristas, sob pena da aplicação das sanções correspondentes, espera-se naturalmente que o tradutor tenha um apego à literalidade do texto de partida, em especial quando se trata, como é o caso, da tradução de uma lei penal, que prevê a aplicação das sanções penais correspondentes à violação do bem jurídico tutelado.

Em sua tese de doutorado, embora relacionada à tradução jornalística, Zipser (2002, p. 154) faz considerações pertinentes à esperada fidelidade ao texto-fonte que também se aplicam à tradução técnico-jurídica, haja vista que ambas as modalidades de tradução não se afastam da “representação cultural” do fato ou da informação a ser traduzida. Confira-se:

A tradução no ambiente da imprensa escrita, vista sob essa perspectiva, coloca em discussão os limites do que se convencionou chamar de ‘fidelidade em tradução’ e a notícia, apresentada ao público pela imprensa escrita em culturas diferentes, pode ser considerada tradução desse fato noticioso no sentido de uma representação cultural. É assim que prefiro chamar as diferentes traduções dos fatos, feitas pelas diferentes culturas: esses textos da imprensa são o modo pelo qual as culturas representam, no nível do texto, sua própria visão do fato. Assim, em última análise, não haveria um texto de partida a servir de base para esse segundo tipo de tradução que eu constatei no ambiente jornalístico, mas sim uma cultura de partida, expressa na forma como cada cultura enxerga o fato a ser noticiado.

O foco deste trabalho, portanto, não é fazer uma tradução perfeita, porque esta, na verdade, não existe, mas uma “representação cultural”, ou uma “boa tradução”. Como diz Meschonnic (2010), “A boa tradução deve fazer e não somente dizer. Deve, como o texto, ser portadora e levada”.

Além de trazer a reflexão sobre o texto técnico-jurídico e a equivalência, discuto também neste trabalho os benefícios que o entendimento acerca do gênero do texto-fonte pode trazer à tradução, como sustentado por Possamai e Leipnitz (2007).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Para a tradução propriamente dita, de início, identifiquei os termos contidos no texto-fonte e seus possíveis significados técnicos, ou seja, palavras que somente podem ser entendidas como tendo um único e exclusivo significado. Tais palavras constam do glossário que constitui a seção número 4 deste trabalho.

Feito isso, busquei na legislação pátria os termos jurídicos correspondentes aos termos técnicos então identificados. Como era de se esperar, alguns desses termos não encontram exato similar nacional, pelo que foi necessária uma “representação cultural”, no sentido de fazê-los entendidos pelo leitor brasileiro. Exemplos detalhados de termos traduzidos e os relatos de meu processo tradutório serão apresentados junto às reflexões teóricas.

Dicionários jurídicos bilíngues e monolíngues indicados nas referências bibliográficas foram amplamente utilizados, comparando-se as definições nele contidas dos termos técnicos identificados.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS

2.1 Do gênero textual

Ao iniciar-se o processo tradutório de um texto, é natural que o tradutor tome uma posição empírica e mergulhe na experiência inquestionavelmente prática que é a tradução. Porém, à medida que ele caminha por essa estrada cheia de pedras a serem saltadas e obstáculos a serem sobrepostos, ele percebe que, talvez, a cada passo seja necessária a profunda ponderação sobre como pisar naquele novo terreno.

Utilizo nesta reflexão a concepção de texto especializado com o objetivo de proporcionar mais clareza ao objeto de estudo e à tradução realizada, diferenciando-a, assim, de um texto literário, embora existam questionamentos sobre a "oposição científico versus literário, como Arrojo (1993) e Rodrigues (2000)" (CAMARGO, 2007). Essa distinção nos leva a um questionamento sobre qual a direção que o tradutor deve se guiar ao tomar suas decisões. Como Newmark (1981 *apud* Camargo 2007) ressalta:

... há uma relação entre tipologia textual e tipologia tradutória, cada uma solicitando abordagens distintas. (...) para os textos técnicos, em face do predomínio da função informativa ou da vocativa, preconiza a tradução comunicativa, direcionada para o texto traduzido (TT), para a obtenção do efeito equivalente no leitor da língua meta (LM), para facilitação do sentido das metáforas originais, e para o emprego de neologismos apenas quando forem necessários.

A primeira dificuldade que encontrei está no título da lei estadunidense relativa ao crime organizado, *Racketeer influenced and corrupt organizations*. Em sua definição no inglês, o termo *racketeer* é sinônimo de "membro de operações de crime organizado". Seguido de uma redundância, devido a inexistência de equivalente no português, a primeira opção cogitada para a tradução desse título foi "membros de operações de organizações criminosas e organizações corruptas", o qual teria seu sentido inalterado e sua informação intocada. Porém, compreendida a informação trazida no título em inglês, optei por somente "organizações criminosas". Dessa forma, "Na prática, toda tradução é criativa e os

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

dois métodos newmarquianos de tradução não se mostram antagônicos, pois pode-se traduzir um mesmo texto semântica e comunicativamente" (CAMARGO, 2007).

Considerando também que, em relação ao gênero textual, Possamai e Leipnitz (2007) ao tratarem do artigo científico argumentam, "...sempre um gênero acontece dentro de uma esfera, ou de uma comunidade (...) são textos produzidos dentro de e para uma comunidade, não apenas a de cada língua, mas também a da grande comunidade científica internacional."

Visando a atender à expectativa do potencial leitor pertencente à comunidade científica jurídica, procurei termos técnicos similares utilizados no âmbito jurídico nacional. Como exemplo, cito minha tradução para o termo *felonious*, que no inglês comporta duas ideias: a de um crime grave, como homicídio, extorsão ou sequestro; e a de um crime cometido com intenção maliciosa (Nolo's Plain-English Law dictionary). Embora a legislação penal brasileira classifique as infrações penais em crimes e contravenções (cf. Código Penal – Decreto Lei 2.848, de 1940 – e Lei 3.688, de 1941) e defina infrações penas de menor potencial ofensivo como sendo as contravenções e os crimes com penas cominadas em até dois anos (art. 61 da Lei 9099, de 1995), entendi que isso não soluciona a ideia de crime grave. Assim, optei por explicitar a ideia do crime cometido intencionalmente, e, por fim, traduzi o termo *felonious* por doloso.

As convenções são outro aspecto o qual o tradutor deve dirigir sua atenção. No decorrer da minha prática tradutória dos textos aqui estudados surgiu um exemplo bem específico e interessante em relação a este aspecto, qual seja, o da microdivisão da lei. No Brasil, a microdivisão do texto oficial é a seguinte: artigos, parágrafos, alíneas e incisos; a qual se apresenta diferentemente da lei americana. Porém, optei por manter a estrutura original, ao contrário do que diz Hurtado, "O tradutor deve saber decodificar as convenções próprias do gênero a que pertence o texto original e saber utilizar as próprias do gênero na língua e cultura de chegada, quando esta for a finalidade da tradução" (Hurtado 2001 *apud* Possamai e Leipnitz 2007), pois nem sempre, na terminologia de Venuti (1995), a domesticação será a estratégia mais eficaz para se alcançar a finalidade da tradução.

É importante destacar que, devido ao gênero do texto técnico, é inevitável a criação e uso de nova terminologia, como sustentam Possamai e Leipnitz (2007):

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

...nem sempre existem inventários terminológicos em quantidade e qualidade suficientes para auxiliar o tradutor, quando se defronta com problemas terminológicos de naturezas distintas. Nesse sentido, o tradutor acaba por se converter em um produtor de terminologia, pois conhece as necessidades terminológicas de seu trabalho e pode elaborar material de apoio tanto ao ensino quanto à prática tradutória.

Isso foi o que ocorreu, por exemplo, em relação ao crime definido na legislação americana objeto do meu trabalho de tradução como *arson*. Esse termo, no inglês, refere-se ao crime cometido maliciosamente e voluntariamente, ateando-se fogo à uma construção ou outra propriedade com objetivos ilícitos, como por exemplo o de recolher valores de seguros. O crime de incêndio no Código Penal brasileiro, art. 250, é descrito como "Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem". Porém, somente o termo "incêndio" não soluciona o problema, então longas expressões como "incêndio com objetivos ilícitos de recolhimento pecuniário de indenizações mediante seguros" foram cogitadas, mas apenas a indicação de que o incêndio possui o intuito criminoso resultou na produção ou uso de nova terminologia, pois optei pela tradução do termo como "incêndio criminoso".

2.2 Da equivalência

Pensar em texto técnico, de uma forma ou de outra, significa pensar em equivalência, e pensar em equivalência é lembrar-se da matemática. Tratar as ciências humanas com a objetividade das ciências exatas é inúmeras vezes o ideal do pesquisador ou cientista, ou do tradutor. Encontrar aquele termo que, na terminologia linguística de Saussure, represente o mesmo conceito e a mesma imagem acústica tanto no texto de partida quanto no texto de chegada é a ilusão da existência da fórmula exata e perfeita para o ato de tradução, aquela fórmula que não admite exceções; porém, o que ocorre de verdade é que há tantas supostas fórmulas quanto há exceções.

Embora na teoria da tradução a equivalência seja um conceito central e controverso ao mesmo tempo, como resume Kenny (1998):

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Abordagens com relação à questão da equivalência podem divergir radicalmente: alguns teóricos definem a tradução em termos de relações de equivalência (Catford 1965; Nida e Taber 1969; Toury 1980a; Pym 1992a, 1995; Koller 1995) enquanto outros rejeitam a noção teórica de equivalência, argumentando que é irrelevante (Snell-Hornby 1988) ou prejudicial (Gentzler 1993) aos estudos da tradução. (tradução minha)

Essa discussão não é objeto de aprofundamento teórico deste trabalho, mas é importante citar, como já bem estudado por Oliveira (2007), que:

O conforto de pensar na existência de uma relação perceptível entre texto de partida e texto de chegada permite que tenham uma atitude otimista (ilusória) frente à atividade que o aguarda. A equivalência não é o objetivo da tradução, como assinala Robinson (1991, p.259), mas uma ilusão, "uma ficção interpretativa que ajuda o tradutor a alcançar o verdadeiro objetivo da tradução, um texto que funcione na LM - e é apenas mais uma de muitas ficções desse tipo"

Tendo isso em mente, coloco minha primeira opção de tradução para o termo *statute of limitations*, segue o contexto: "*The exception contained in the preceding sentence does not apply to an action against any person that is criminally convicted in connection with the fraud, in which case the statute of limitations shall start to run on the date on which the conviction becomes final*". Estatuto de restrições, ou limitações, é a saída mais instintiva e "equivalente" para não se criarem dúvidas para o leitor, e ao mesmo tempo dizer a ele que, se quiser saber mesmo que estatuto é esse, que procure na língua de origem seu significado. Dado a inexistência de qualquer dispositivo similar de mesmo nome no juridiquês brasileiro, foi necessário maior zelo e pesquisa para se entender de fato o que significa *statute of limitations*, e a resposta é simples: são prazos de prescrição, ao invés de uma lei ou estatuto de fato em seus significados amplos.

Uma das estratégias também utilizada por mim foi a de olhar para o aspecto funcional que o meu texto traduzido teria no português brasileiro. Garzone (2000) conclui em seu estudo teórico-prático da aplicação da abordagem funcionalista à tradução jurídica:

Pelo contrário, a aplicação da abordagem funcionalista parece especialmente apropriada para a tradução de textos jurídicos, por causa de sua diversidade, embora não contorne o problema da

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

equivalência, mas sim a coloca em termos diferentes ao rejeitar a ideia de que deva existir somente um conceito universal aplicável à equivalência.

É exatamente o que ocorre em minha tradução para a expressão latina *subpena duces tecum*, em seu seguinte contexto: "... *any requirement which would be held to be unreasonable if contained in a subpoena duces tecum issued by a court...*". Expressão que não é consagrada no juridiquês brasileiro, e empregada diversas vezes nos textos em inglês aqui apresentados. Dessa forma, determinando a função de estudo acadêmico, tanto para técnicos das ciências jurídicas ou tradutores, dos textos em questão, destaquei a existência de termo utilizado na cultura brasileira para a mesma expressão latina: exibição de documentos ou coisa, sendo esta minha tradução final para a expressão.

Borja Albi (2000), ao tratar da tradução jurídica do inglês para o espanhol, discorre:

Dentre todas as linguagens especializadas, a linguagem jurídica é uma das mais estereotipadas, congeladas e conservadoras. As possibilidades de desempenho da linguagem são consideravelmente restritas, dado que a linguagem em questão está sujeita a uma série de regras especiais que não são contempladas em textos gerais e são excessivamente limitantes em relação às possíveis formas de expressão de terminologia, frases e até documentos completos. E isso é verdade tanto no inglês quanto no espanhol, onde a linguagem jurídica possui longa tradição. (tradução minha)

Devido à esse conservadorismo que, por vezes cumpre uma determinada função, concluí que no caso da tradução do termo *civil investigative demand*, seria mais adequado a manutenção da literalidade, pois, embora tal procedimento assemelhe-se a busca e apreensão prevista nos artigos 839 a 843 do Código de Processo Civil brasileiro, é necessário ter em mente que os dois sistemas jurídicos em questão possuem diferenças, e o leitor brasileiro poderá associar diretamente a busca e apreensão que constam no código nacional, o que não é o ideal. Por isso, é notável a presença desse estereótipo na linguagem jurídica e as razões para sua ocorrência, dada a escolha final para o termo de "demanda civil investigativa".

Dado o exposto, é possível ver que a experiência prática do tradutor traz, por vezes, soluções localizadas e pensadas, mas que tais soluções estão sempre sujeitas a transformações e que é sempre necessária a reflexão sobre a tradução especializada e até que ponto essas transformações

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

tornam a tradução mais eficiente. É de se notar, também, que a discussão do gênero textual e da equivalência ainda são importantes para a prática da tradução dos textos técnicos, e que muito ainda pode ser discutido e transformado.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

3 TEXTO ORIGINAL E TRADUÇÃO

USC› Title 18 › Part I › Chapter 96

RACKETEER INFLUENCED AND CORRUPT ORGANIZATIONS

§ 1961 - Definitions

As used in this chapter—

(1) “racketeering activity” means (A) any act or threat involving murder, kidnapping, gambling, arson, robbery, bribery, extortion, dealing in obscene matter, or dealing in a controlled substance or listed chemical (as defined in section 102 of the Controlled Substances Act), which is chargeable under State law and punishable by imprisonment for more than one year; (B) any act which is indictable under any of the following provisions of title 18, United States Code: Section [201](#) (relating to bribery), section [224](#) (relating to sports bribery), sections [471](#), [472](#), and [473](#) (relating to counterfeiting), section [659](#) (relating to theft from interstate shipment) if the act indictable under section [659](#) is felonious, section [664](#) (relating to embezzlement from pension and welfare funds), sections 891–894 (relating to extortionate credit transactions), section [1028](#) (relating to fraud and related activity in connection with identification documents), section [1029](#) (relating to fraud and related activity in connection with access devices), section [1084](#) (relating to the transmission of gambling information), section [1341](#) (relating to mail fraud), section [1343](#) (relating to wire fraud), section [1344](#) (relating to financial institution fraud), section [1351](#) (relating to fraud in foreign labor contracting), section [1425](#) (relating to the procurement of citizenship or nationalization unlawfully), section [1426](#) (relating to the reproduction of naturalization or citizenship papers), section [1427](#) (relating to the sale of naturalization or citizenship papers), sections 1461–1465 (relating to obscene matter), section [1503](#) (relating to obstruction of justice), section [1510](#) (relating to obstruction of criminal investigations), section [1511](#) (relating to the obstruction of State or local law enforcement), section [1512](#) (relating to tampering with a witness, victim, or an informant), section [1513](#) (relating to retaliating against a witness, victim, or an informant), section [1542](#) (relating to false statement in application and use of passport), section [1543](#) (relating to forgery or false use of passport), section [1544](#) (relating to misuse of passport), section [1546](#) (relating to fraud and misuse of visas, permits, and other documents),

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

§ 1961 - Definições

Para fins deste capítulo:

(1) "atividade criminosa" significa (A) qualquer ato ou ameaça envolvendo homicídio, sequestro, jogo de azar, incêndio com o intuito de obter vantagem, roubo, propina, extorsão, ato obsceno, substância controlada ou produto químico listado (como definido na seção 102 da Lei de Substâncias Controladas), repreensível por Lei Estadual e punível com prisão por mais de um ano; (B) qualquer ato denunciável conforme qualquer das seguintes disposições do título 18 do Código dos Estados Unidos da América: Seção 201 (relativa à propina), seção 224 (relativa à propina nos esportes), seções 471, 472 e 473 (relativas à falsificação), seção 659 (relativa ao furto de carga interestadual) se o ato denunciável for doloso conforme a seção 659, seção 664 (relativa à apropriação indébita de pensão e fundos de assistência social), seções 891-894 (relativas às transações de crédito extorsivas), seção 1028 (relativa às fraudes e atividades relacionadas e conexas a documentos de identificação), seção 1029 (relativa às fraudes e atividades relacionadas conexas a instrumentos de acesso), seção 1084 (relativa à transmissão de informação de jogos de azar), seção 1341 (relativa à fraude de correspondência), seção 1343 (relativa à fraude telefônica), seção 1344 (relativa à fraude de instituições financeiras), seção 1351 (relativa à fraude em contrato de trabalho estrangeiro) seção 1425 (relativa à obtenção ilegal de cidadania ou nacionalização), seção 1426 (relativa à reprodução de papéis referentes a naturalização ou cidadania), seções 1461-1465 (relativas aos atos obscenos), seção 1503 (relativa à obstrução da justiça), seção 1510 (relativa à obstrução de investigações criminais), seção 1511 (relativa à obstrução da ação do Estado ou da aplicação da lei local), seção 1512 (relativa à corrupção de testemunhas, vítimas ou informantes), seção 1513 (relativa à retaliação contra testemunhas, vítimas ou informantes), seção 1542 (relativa à falsa declaração em formulário e uso de passaporte), seção 1543 (relativa à falsificação ou uso de passaporte falso), seção 1544 (relativa ao uso de passaporte alheio), seção 1546 (relativa à fraude e uso de vistos, permissões e outros documentos alheios),

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

sections 1581–1592 (relating to peonage, slavery, and trafficking in persons),^[1] section [1951](#) (relating to interference with commerce, robbery, or extortion), section [1952](#) (relating to racketeering), section [1953](#) (relating to interstate transportation of wagering paraphernalia), section [1954](#) (relating to unlawful welfare fund payments), section [1955](#) (relating to the prohibition of illegal gambling businesses), section [1956](#) (relating to the laundering of monetary instruments), section [1957](#) (relating to engaging in monetary transactions in property derived from specified unlawful activity), section [1958](#) (relating to use of interstate commerce facilities in the commission of murder-for-hire), section [1960](#) (relating to illegal money transmitters), sections [2251](#), [2251A](#), [2252](#), and [2260](#) (relating to sexual exploitation of children), sections [2312](#) and [2313](#) (relating to interstate transportation of stolen motor vehicles), sections [2314](#) and [2315](#) (relating to interstate transportation of stolen property), section [2318](#) (relating to trafficking in counterfeit labels for phonorecords, computer programs or computer program documentation or packaging and copies of motion pictures or other audiovisual works), section [2319](#) (relating to criminal infringement of a copyright), section [2319A](#) (relating to unauthorized fixation of and trafficking in sound recordings and music videos of live musical performances), section [2320](#) (relating to trafficking in goods or services bearing counterfeit marks), section [2321](#) (relating to trafficking in certain motor vehicles or motor vehicle parts), sections 2341–2346 (relating to trafficking in contraband cigarettes), sections 2421–24 (relating to white slave traffic), sections 175–178 (relating to biological weapons), sections 229–229F (relating to chemical weapons), section [831](#) (relating to nuclear materials), (C) any act which is indictable under title 29, United States Code, section 186 (dealing with restrictions on payments and loans to labor organizations) or section [501 \(c\)](#) (relating to embezzlement from union funds), (D) any offense involving fraud connected with a case under title 11 (except a case under section [157](#) of this title), fraud in the sale of securities, or the felonious manufacture, importation, receiving, concealment, buying, selling, or otherwise dealing in a controlled substance or listed chemical (as defined in section 102 of the Controlled Substances Act), punishable under any law of the United States, (E) any act which is indictable under the Currency and Foreign Transactions Reporting Act, (F) any act which is indictable under the Immigration and Nationality Act, section 274 (relating to bringing in and harboring certain aliens),

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

seções 1581-1592 (relativas a servidão, trabalho escravo e tráfico de pessoas), seção 1951 (relativa à interferência no comércio, roubo e extorsão), seção 1952 (relativa às organizações criminosas), seção 1953 (relativa ao transporte interestadual de parafernália para jogo de apostas), seção 1954 (relativa ao pagamento ilegal a fundos de assistência social), seção 1955 (relativa à proibição de negócios ilegais em jogos de azar), seção 1956 (relativa aos instrumentos de lavagem de dinheiro), seção 1957 (relativa a envolvimento em transações monetárias de patrimônio decorrente de atividade ilegal específica), seção 1958 (relativa ao uso de canais comerciais interestaduais na prática de homicídio por recompensa), seção 1960 (relativa à transferência ilegal de dinheiro), seções 2251, 2251A, 2252 e 2260 (relativas à exploração sexual de crianças), seções 2314 e 2315 (relativas ao transporte interestadual de patrimônio roubado), seção 2318 (relativa ao tráfico de marcas falsificadas para documentos fonográficos, programas de computadores, documentos de programas de computadores, pacotes e cópias de filmes ou outros documentos audiovisuais), seção 2319 (relativa à infringência de direitos autorais), seção 2319A (relativa à fixação não autorizada e tráfico de gravações de áudio e vídeos musicais de concertos musicais ao vivo), seção 2320 (relativa ao tráfico de bens e serviços utilizando marcas falsificadas), seção 2321 (relativa ao tráfico de determinados veículos motores ou partes de veículos motores), seções 2341-2346 (relativas ao tráfico de cigarros contrabandeados), seções 2421-24 (relativas ao tráfico de escravos brancos), seções 175-178 (relativas às armas biológicas), seções 229-229F (relativas às armas químicas), seção 831 (relativa aos materiais nucleares), (C) qualquer atividade denunciável conforme o título 29 do Código dos Estados Unidos da América, seção 186 (relativa às restrições de pagamentos e empréstimos a organizações empregatícias) ou seção 501 (c) (relativa à apropriação indébita de fundos de sindicatos), (D) qualquer crime envolvendo fraude conexa a um caso do título 11 (exceto casos da seção 157 deste título), fraude na venda de seguros, ou atividade ilegal de manufatura, importação, recebimento, ocultação, compra, venda, ou envolvimento com substância controlada ou produto químico listado (como definido na seção 102 da Lei de Substâncias Controladas), punível conforme qualquer lei dos Estados Unidos da América, (E) qualquer atividade denunciável conforme a Lei de Transações Internacionais e Moeda, (F) qualquer atividade denunciável conforme a Lei de Imigração e Nacionalidade, seção 274 (relativa ao transporte e manutenção de determinados estrangeiros),

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

section 277 (relating to aiding or assisting certain aliens to enter the United States), or section 278 (relating to importation of alien for immoral purpose) if the act indictable under such section of such Act was committed for the purpose of financial gain, or (G) any act that is indictable under any provision listed in section [2332b \(g\)\(5\)\(B\)](#);

(2) “State” means any State of the United States, the District of Columbia, the Commonwealth of Puerto Rico, any territory or possession of the United States, any political subdivision, or any department, agency, or instrumentality thereof;

(3) “person” includes any individual or entity capable of holding a legal or beneficial interest in property;

(4) “enterprise” includes any individual, partnership, corporation, association, or other legal entity, and any union or group of individuals associated in fact although not a legal entity;

(5) “pattern of racketeering activity” requires at least two acts of racketeering activity, one of which occurred after the effective date of this chapter and the last of which occurred within ten years (excluding any period of imprisonment) after the commission of a prior act of racketeering activity;

(6) “unlawful debt” means a debt

(A) incurred or contracted in gambling activity which was in violation of the law of the United States, a State or political subdivision thereof, or which is unenforceable under State or Federal law in whole or in part as to principal or interest because of the laws relating to usury, and

(B) which was incurred in connection with the business of gambling in violation of the law of the United States, a State or political subdivision thereof, or the business of lending money or a thing of value at a rate usurious under State or Federal law, where the usurious rate is at least twice the enforceable rate;

(7) “racketeering investigator” means any attorney or investigator so designated by the Attorney General and charged with the duty of enforcing or carrying into effect this chapter;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

seção 277 (relativa ao auxílio e facilitação da entrada de determinados estrangeiros nos Estados Unidos da América), ou seção 278 (relativa à importação de estrangeiro para fins imorais) se a atividade denunciável conforme a seção ou Lei for cometida para fins de ganho financeiro, ou (G) qualquer atividade denunciável conforme qualquer disposição listada na seção 2332b (g)(5)(B);

(2) "Estado" refere-se a qualquer Estado dos Estados Unidos da América, o Distrito de Columbia, o Estado Livre Associado de Porto Rico, qualquer território ou possessão dos Estados Unidos da América, qualquer subdivisão política, qualquer departamento, agência ou entidade estatal;

(3) "pessoa" inclui qualquer indivíduo ou entidade capaz de direitos relativos à propriedade;

(4) "empresa" inclui qualquer indivíduo, parceria, corporação, associação ou outra entidade legal, e qualquer sindicato ou grupo de indivíduos associados de fato independentemente de ser entidade legal;

(5) "padrão de atividade de organização criminosa" requer pelo menos duas atividades da organização criminosa, uma ocorrida após a efetiva data deste capítulo e a última ocorrida dentro de dez anos (excluindo períodos de reclusão) após o cometimento de uma atividade prévia de organização criminosa.

(6) "dívida ilícita" refere-se a uma dívida:

(A) adquirida ou contraída em atividade de jogo de azar em desacordo com a lei dos Estados Unidos da América, de um Estado ou subdivisão política decorrente, ou na qual é inaplicável a lei Estadual ou Federal no todo ou em parte relativas ao capital ou juros, por efeito das leis relativas à agiotagem, e

(B) adquirida em conexão com negócios de jogos de azar em desacordo com a lei dos Estados Unidos da América, de um Estado ou subdivisão política decorrente, ou de negócios com empréstimos de dinheiro ou coisa de valor a taxas exorbitantes conforme lei Estadual ou Federal, e essa taxa exorbitante é pelo menos o dobro da taxa aplicável;

(7) "investigador de atividade criminosa" refere-se a qualquer advogado ou investigador designado pelo Procurador-Geral e encarregado de aplicar ou trazer a efeito este capítulo;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(8) “racketeering investigation” means any inquiry conducted by any racketeering investigator for the purpose of ascertaining whether any person has been involved in any violation of this chapter or of any final order, judgment, or decree of any court of the United States, duly entered in any case or proceeding arising under this chapter;

(9) “documentary material” includes any book, paper, document, record, recording, or other material; and

(10) “Attorney General” includes the Attorney General of the United States, the Deputy Attorney General of the United States, the Associate Attorney General of the United States, any Assistant Attorney General of the United States, or any employee of the Department of Justice or any employee of any department or agency of the United States so designated by the Attorney General to carry out the powers conferred on the Attorney General by this chapter. Any department or agency so designated may use in investigations authorized by this chapter either the investigative provisions of this chapter or the investigative power of such department or agency otherwise conferred by law.

§ 1962 - Prohibited activities

(a) It shall be unlawful for any person who has received any income derived, directly or indirectly, from a pattern of racketeering activity or through collection of an unlawful debt in which such person has participated as a principal within the meaning of section [2](#), title [18](#), United States Code, to use or invest, directly or indirectly, any part of such income, or the proceeds of such income, in acquisition of any interest in, or the establishment or operation of, any enterprise which is engaged in, or the activities of which affect, interstate or foreign commerce. A purchase of securities on the open market for purposes of investment, and without the intention of controlling or participating in the control of the issuer, or of assisting another to do so, shall not be unlawful under this subsection if the securities of the issuer held by the purchaser, the members of his immediate family, and his or their accomplices in any pattern or racketeering activity or the collection of an unlawful debt after such purchase do not amount in the aggregate to one percent of the outstanding securities of any one class, and do not confer, either in law or in fact, the power to elect one or more directors of the issuer.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(8) "investigação de atividade criminosa" refere-se a qualquer investigação conduzida por um investigador de atividade criminosa com o objetivo de verificar se uma pessoa esteve envolvida em qualquer violação deste capítulo ou em decisão condenatória, julgamento ou ordem de qualquer tribunal dos Estados Unidos da América, ou que tenha oficialmente sido parte de caso ou processo instruído conforme este capítulo;

(9) "material documental" inclui qualquer livro, papel, documento, registro, gravação ou outro material; e

(10) "Procurador-Geral" inclui o Procurador-Geral dos Estados Unidos da América, o Vice-Procurador-Geral dos Estados Unidos da América, o Subprocurador-Geral dos Estados Unidos da América, os Assessores do Procurador-Geral dos Estados Unidos da América ou qualquer servidor do Departamento de Justiça ou qualquer servidor de qualquer departamento ou agência dos Estados Unidos da América designada pelo Procurador-Geral para exercer os poderes conferidos ao Procurador-Geral neste capítulo. O departamento ou agência designada poderá aplicar, em investigações autorizadas por este capítulo, tanto as disposições deste capítulo como o poder de investigação do respectivo departamento ou agência atribuído pela lei.

§ 1962 - Atividades proibidas

(a) será ilícito o recebimento por qualquer indivíduo de rendimentos derivados, direta ou indiretamente, de um padrão de atividade de organização criminosa ou de recolhimento de dívida ilícita na qual o indivíduo tenha participado como mandante, dentro do significado da seção 2, título 18 do Código dos Estados Unidos, no uso ou investimento, direta ou indiretamente, de parte do referido rendimento, do lucro do referido rendimento, na aquisição de direito, ou no estabelecimento ou operação de qualquer empresa, ou de suas atividades, envolvida em atividades de comércio interestadual ou internacional. A compra de títulos no livre mercado para fins de investimento, sem a intenção de controlar ou participar no controle do emissor, ou assistir a outrem a fazê-lo, será lícito conforme esta subseção se os títulos do emissor em posse do comprador, membros imediatos de sua família, seus cúmplices em qualquer padrão de atividade criminosa ou o recolhimento de uma dívida ilícita após a referida compra não somarem no agregado um por cento dos títulos em circulação pertencentes a uma classe, e não conferirem, por lei ou de fato, o poder de eleger um ou mais diretores do emissor.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(b) It shall be unlawful for any person through a pattern of racketeering activity or through collection of an unlawful debt to acquire or maintain, directly or indirectly, any interest in or control of any enterprise which is engaged in, or the activities of which affect, interstate or foreign commerce.

(c) It shall be unlawful for any person employed by or associated with any enterprise engaged in, or the activities of which affect, interstate or foreign commerce, to conduct or participate, directly or indirectly, in the conduct of such enterprise's affairs through a pattern of racketeering activity or collection of unlawful debt.

(d) It shall be unlawful for any person to conspire to violate any of the provisions of subsection (a), (b), or (c) of this section.

Criminal penalties

(a) Whoever violates any provision of section [1962](#) of this chapter shall be fined under this title or imprisoned not more than 20 years (or for life if the violation is based on a racketeering activity for which the maximum penalty includes life imprisonment), or both, and shall forfeit to the United States, irrespective of any provision of State law—

(1) any interest the person has acquired or maintained in violation of section [1962](#);

(2) any—

(A) interest in;

(B) security of;

(C) claim against; or

(D) property or contractual right of any kind affording a source of influence over; any enterprise which the person has established, operated, controlled, conducted, or participated in the conduct of, in violation of section [1962](#); and

(3) any property constituting, or derived from, any proceeds which the person obtained, directly or indirectly, from racketeering activity or unlawful debt collection in violation of section [1962](#).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(b) será ilícito para o indivíduo envolvido em um padrão de atividade de organização criminosa ou em recolhimento de dívida ilícita adquirir ou manter, direta ou indiretamente, qualquer direito ou controle de qualquer empresa, ou de suas atividades, na qual esteja envolvida em atividades de comércio interestadual ou internacional.

(c) será ilícito para o indivíduo empregado ou associado a qualquer empresa envolvida, ou às suas atividades, em comércio interestadual ou internacional, a conduzir ou participar, direta ou indiretamente, na condução das atividades da referida empresa mediante um padrão de atividade de organização criminosa ou recolhimento de dívida ilícita.

(d) será ilícito para qualquer indivíduo conspirar para a violação de qualquer das disposições das subseções (a), (b) ou (c) desta seção.

Sanções penais

(a) O indivíduo que violar qualquer disposição da seção 1962 deste capítulo será punido conforme este capítulo ou mantido em prisão por no máximo 20 anos (ou prisão perpétua se a violação é baseada em atividade de organização criminosa cuja pena máxima inclua prisão perpétua), ou ambas, e deverá devolver aos Estados Unidos da América, independentemente de leis Estaduais:

(1) qualquer vantagem adquirida ou mantida pelo indivíduo em violação à seção 1962;

(2) qualquer:

(A) vantagem;

(B) título;

(C) indenização; ou

(D) propriedade ou direito contratual de qualquer tipo que conceda uma fonte de influência; qualquer empresa na qual o indivíduo tenha estabelecido, operado, controlado, conduzido ou participado na condução de, em violação à seção 1962; e

(3) qualquer patrimônio constituído ou derivado de rendimentos que o indivíduo tenha obtido, direta ou indiretamente, de atividade de organização criminosa ou recolhimento de dívida ilícita em violação à seção 1962.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

The court, in imposing sentence on such person shall order, in addition to any other sentence imposed pursuant to this section, that the person forfeit to the United States all property described in this subsection. In lieu of a fine otherwise authorized by this section, a defendant who derives profits or other proceeds from an offense may be fined not more than twice the gross profits or other proceeds.

(b) Property subject to criminal forfeiture under this section includes—

- (1)** real property, including things growing on, affixed to, and found in land; and
- (2)** tangible and intangible personal property, including rights, privileges, interests, claims, and securities.

(c) All right, title, and interest in property described in subsection (a) vests in the United States upon the commission of the act giving rise to forfeiture under this section. Any such property that is subsequently transferred to a person other than the defendant may be the subject of a special verdict of forfeiture and thereafter shall be ordered forfeited to the United States, unless the transferee establishes in a hearing pursuant to subsection (1) that he is a bona fide purchaser for value of such property who at the time of purchase was reasonably without cause to believe that the property was subject to forfeiture under this section.

(d)

(1) Upon application of the United States, the court may enter a restraining order or injunction, require the execution of a satisfactory performance bond, or take any other action to preserve the availability of property described in subsection (a) for forfeiture under this section—

(A) upon the filing of an indictment or information charging a violation of section [1962](#) of this chapter and alleging that the property with respect to which the order is sought would, in the event of conviction, be subject to forfeiture under this section; or

(B) prior to the filing of such an indictment or information, if, after notice to persons appearing to have an interest in the property and opportunity for a hearing, the court determines that—

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

O tribunal, na sentença condenatória, deverá ordenar, complementarmente a outras sentenças impostas conforme esta seção, que o indivíduo devolva aos Estados Unidos da América todo o patrimônio descrito nesta subseção. Em substituição a uma pena autorizada por esta seção, o réu que receber lucros ou rendimentos decorrentes de um crime poderá ser penalizado por no máximo duas vezes o valor bruto dos lucros ou outros rendimentos.

(b) A propriedade sujeita a expropriação devido à sanção penal nesta seção inclui:

(1) propriedade imóvel, incluindo colheita e qualquer coisa afixada e encontrada na terra; e

(2) bens pessoais tangíveis e intangíveis, incluindo direitos, privilégios, interesses, reivindicações e títulos.

(c) O controle de todos os direitos, títulos e interesses relativos à propriedade descritos na subseção (a) é atribuído aos Estados Unidos da América no ato que traz a efeito a expropriação referida nesta seção. Qualquer propriedade que seja subsequentemente transferida a um indivíduo outro senão o réu pode estar sujeito a veredito especial de expropriação e conseqüentemente deverá ser expropriado aos Estados Unidos da América, a menos que o beneficiário da transferência prove, mediante audiência conforme a seção (1), que procedeu sua compra de boa-fé e que não havia motivos razoáveis no período da compra da propriedade para que esta estivesse sujeito a expropriação conforme esta seção.

(d)

(1) A pedido dos Estados Unidos da América, o tribunal poderá deferir uma medida preventiva ou cautelar, requerer a execução de uma garantia satisfatória, ou tomar qualquer outra decisão para preservar a disponibilidade da propriedade descrita na subseção (a) para expropriação nesta seção:

(A) mediante registro de denúncia ou informação contra violação da seção 1962 deste capítulo, alegando que a propriedade referente à ordem judicial estaria, no caso de condenação, sujeita à expropriação conforme esta seção; ou

(B) antes do registro da referida denúncia ou informação, se, após a notificação as pessoas interessadas na propriedade, e dada a oportunidade de audiência, o tribunal determine que:

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(i) there is a substantial probability that the United States will prevail on the issue of forfeiture and that failure to enter the order will result in the property being destroyed, removed from the jurisdiction of the court, or otherwise made unavailable for forfeiture; and

(ii) the need to preserve the availability of the property through the entry of the requested order outweighs the hardship on any party against whom the order is to be entered:

Provided, however, That an order entered pursuant to subparagraph (B) shall be effective for not more than ninety days, unless extended by the court for good cause shown or unless an indictment or information described in subparagraph (A) has been filed.

(2) A temporary restraining order under this subsection may be entered upon application of the United States without notice or opportunity for a hearing when an information or indictment has not yet been filed with respect to the property, if the United States demonstrates that there is probable cause to believe that the property with respect to which the order is sought would, in the event of conviction, be subject to forfeiture under this section and that provision of notice will jeopardize the availability of the property for forfeiture. Such a temporary order shall expire not more than fourteen days after the date on which it is entered, unless extended for good cause shown or unless the party against whom it is entered consents to an extension for a longer period. A hearing requested concerning an order entered under this paragraph shall be held at the earliest possible time, and prior to the expiration of the temporary order.

(3) The court may receive and consider, at a hearing held pursuant to this subsection, evidence and information that would be inadmissible under the Federal Rules of Evidence.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(i) há probabilidade substancial de que os Estados Unidos da América prevaleça na lide de expropriação e que a falta de emissão da ordem resultará na destruição da propriedade, remoção da jurisdição do tribunal sobre a propriedade ou então indisponibilidade de expropriação; e

(ii) a necessidade de preservar a disponibilidade da propriedade mediante a emissão da ordem requerida prevalece sobre o encargo de qualquer parte cuja ordem será emitida:

Entretanto, uma ordem emitida conforme o subparágrafo (B) terá efeito por no máximo noventa dias, exceto quando estendida pelo tribunal por boa causa demonstrada, ou exceto quando uma denúncia ou informação descrita no subparágrafo (A) tenha sido registrada.

(2) Uma medida preventiva temporária, conforme esta subseção, poderá ser emitida a pedido dos Estados Unidos da América sem aviso prévio ou oportunidade de audiência quando a informação ou denúncia referentes à propriedade ainda não tenham sido registradas, se os Estados Unidos da América demonstrarem que há causa provável que a propriedade referente à ordem judicial estaria, no caso de condenação, sujeita a expropriação conforme esta seção e que a provisão de aviso poderia prejudicar a disponibilidade da propriedade para expropriação. A ordem temporária deverá expirar no máximo catorze dias após a data na qual foi emitida, exceto quando estendida por boa causa demonstrada ou exceto quando a parte contrária conceder uma extensão por período maior. Uma audiência requerida referente à ordem emitida conforme este parágrafo deverá ocorrer o mais breve possível anteriormente à data de expiração da ordem temporária.

(3) O tribunal poderá receber e considerar, em audiência realizada conforme esta subseção, provas e informações que seriam inadmissíveis conforme as Regras Federais de Provas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(e) Upon conviction of a person under this section, the court shall enter a judgment of forfeiture of the property to the United States and shall also authorize the Attorney General to seize all property ordered forfeited upon such terms and conditions as the court shall deem proper. Following the entry of an order declaring the property forfeited, the court may, upon application of the United States, enter such appropriate restraining orders or injunctions, require the execution of satisfactory performance bonds, appoint receivers, conservators, appraisers, accountants, or trustees, or take any other action to protect the interest of the United States in the property ordered forfeited. Any income accruing to, or derived from, an enterprise or an interest in an enterprise which has been ordered forfeited under this section may be used to offset ordinary and necessary expenses to the enterprise which are required by law, or which are necessary to protect the interests of the United States or third parties.

(f) Following the seizure of property ordered forfeited under this section, the Attorney General shall direct the disposition of the property by sale or any other commercially feasible means, making due provision for the rights of any innocent persons. Any property right or interest not exercisable by, or transferable for value to, the United States shall expire and shall not revert to the defendant, nor shall the defendant or any person acting in concert with or on behalf of the defendant be eligible to purchase forfeited property at any sale held by the United States. Upon application of a person, other than the defendant or a person acting in concert with or on behalf of the defendant, the court may restrain or stay the sale or disposition of the property pending the conclusion of any appeal of the criminal case giving rise to the forfeiture, if the applicant demonstrates that proceeding with the sale or disposition of the property will result in irreparable injury, harm or loss to him. Notwithstanding [31 U.S.C. 3302 \(b\)](#), the proceeds of any sale or other disposition of property forfeited under this section and any moneys forfeited shall be used to pay all proper expenses for the forfeiture and the sale, including expenses of seizure, maintenance and custody of the property pending its disposition, advertising and court costs. The Attorney General shall deposit in the Treasury any amounts of such proceeds or moneys remaining after the payment of such expenses.

(g) With respect to property ordered forfeited under this section, the Attorney General is authorized to—

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(e) Mediante condenação de uma pessoa conforme esta seção, o tribunal deverá proceder ao julgamento de expropriação da propriedade aos Estados Unidos da América e autorizar o Procurador-Geral a apreender toda a propriedade confiscada conforme os termos e condições que o tribunal julgar apropriados. Após a emissão da ordem que declara a propriedade confiscada, o tribunal poderá, a pedido dos Estados Unidos da América, decretar as medidas preventivas ou cautelares, requerer a execução da garantia satisfatória, nomear recebedores, tutores, avaliadores, contadores ou administradores, ou tomar qualquer outra ação para proteger o interesse dos Estados Unidos da América relativo à propriedade ordenada à expropriação. Qualquer rendimento que se incremente a, ou derive de, uma empresa ou direito de uma empresa que foi ordenado à expropriação conforme esta seção poderá ser usado para quitar dívidas ordinárias e necessárias requeridas por lei, ou as quais são necessárias para proteger os interesses dos Estados Unidos da América ou de terceiros.

(f) Após o confisco da propriedade ordenada à expropriação conforme esta seção, o Procurador-Geral deverá dirigir a transferência da propriedade mediante venda ou outro meio comercial viável, tomando medidas para a proteção dos direitos dos inocentes. Qualquer direito à propriedade ou direito incabível, ou intransferível por valor aos Estados Unidos da América, deverá expirar e não poderá ser revertido ao réu, e o réu e outras pessoas tomando parte em assistência ou em representação ao réu não serão elegíveis a comprar a propriedade confiscada por qualquer venda realizada pelos Estados Unidos da América. A pedido de uma pessoa, outra que não o réu ou outra tomando parte em assistência ou em representação ao réu, o tribunal poderá suspender ou interromper a venda ou transferência da propriedade que dependa da conclusão da apelação do caso criminal causador da expropriação, se o apelante demonstrar que o procedimento referente a venda ou transferência da propriedade resultará em dano, prejuízo ou perda irreparáveis. Apesar da seção 31 U.S.C. 3302 (b), os lucros de qualquer venda ou transferência de propriedade expropriada conforme esta seção e qualquer dinheiro expropriado deverão ser utilizados para pagar todas as despesas relativas à expropriação e à venda, incluindo despesas de confisco, manutenção e custódia do patrimônio pendente de transferência, propaganda e custos do tribunal. O Procurador-Geral deverá depositar no Tesouro todo o montante dos lucros ou dinheiro remanescente após o pagamento das despesas.

(g) Em relação à propriedade ordenada à expropriação conforme esta seção, o Procurador-Geral está autorizado a:

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

- (1) grant petitions for mitigation or remission of forfeiture, restore forfeited property to victims of a violation of this chapter, or take any other action to protect the rights of innocent persons which is in the interest of justice and which is not inconsistent with the provisions of this chapter;
 - (2) compromise claims arising under this section;
 - (3) award compensation to persons providing information resulting in a forfeiture under this section;
 - (4) direct the disposition by the United States of all property ordered forfeited under this section by public sale or any other commercially feasible means, making due provision for the rights of innocent persons; and
 - (5) take appropriate measures necessary to safeguard and maintain property ordered forfeited under this section pending its disposition.
- (h) The Attorney General may promulgate regulations with respect to—
- (1) making reasonable efforts to provide notice to persons who may have an interest in property ordered forfeited under this section;
 - (2) granting petitions for remission or mitigation of forfeiture;
 - (3) the restitution of property to victims of an offense petitioning for remission or mitigation of forfeiture under this chapter;
 - (4) the disposition by the United States of forfeited property by public sale or other commercially feasible means;
 - (5) the maintenance and safekeeping of any property forfeited under this section pending its disposition; and

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

- (1) deferir petições para atenuação ou remissão de expropriação, restituir a propriedade às vítimas de violação deste capítulo, ou tomar qualquer outra ação para proteger os direitos de pessoas inocentes no interesse da justiça e os quais não sejam inconsistentes com as disposições deste capítulo;
 - (2) conciliar conflitos originados por esta seção;
 - (3) indenizar pessoas fornecedoras de informações que resultam em expropriação conforme esta seção;
 - (4) presidir a distribuição pelos Estados Unidos da América de toda a propriedade ordenada à expropriação conforme esta seção mediante venda pública ou outros meios comerciais viáveis, tomando medidas para a proteção dos direitos dos inocentes; e
 - (5) tomar medidas apropriadas necessárias à salvaguarda e manutenção da propriedade ordenada à expropriação conforme esta seção e pendente de distribuição.
- (h) O Procurador-Geral poderá promulgar regulamentos quanto à:
- (1) tomada de ações razoáveis a notificar pessoas que podem ter direitos relativos à propriedade ordenada à expropriação conforme esta seção;
 - (2) autorização de petições para remissão ou atenuação da expropriação;
 - (3) restituição da propriedade às vítimas da ofensa que requeiram para a remissão ou atenuação da expropriação conforme este capítulo;
 - (4) distribuição pelos Estados Unidos da América da propriedade expropriada mediante venda pública ou outro meio comercial viável;
 - (5) manutenção e salvaguarda de qualquer patrimônio expropriado conforme esta seção pendente de distribuição; e

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(6) the compromise of claims arising under this chapter.

Pending the promulgation of such regulations, all provisions of law relating to the disposition of property, or the proceeds from the sale thereof, or the remission or mitigation of forfeitures for violation of the customs laws, and the compromise of claims and the award of compensation to informers in respect of such forfeitures shall apply to forfeitures incurred, or alleged to have been incurred, under the provisions of this section, insofar as applicable and not inconsistent with the provisions hereof. Such duties as are imposed upon the Customs Service or any person with respect to the disposition of property under the customs law shall be performed under this chapter by the Attorney General.

(i) Except as provided in subsection (l), no party claiming an interest in property subject to forfeiture under this section may—

(1) intervene in a trial or appeal of a criminal case involving the forfeiture of such property under this section; or

(2) commence an action at law or equity against the United States concerning the validity of his alleged interest in the property subsequent to the filing of an indictment or information alleging that the property is subject to forfeiture under this section.

(j) The district courts of the United States shall have jurisdiction to enter orders as provided in this section without regard to the location of any property which may be subject to forfeiture under this section or which has been ordered forfeited under this section.

(k) In order to facilitate the identification or location of property declared forfeited and to facilitate the disposition of petitions for remission or mitigation of forfeiture, after the entry of an order declaring property forfeited to the United States the court may, upon application of the United States, order that the testimony of any witness relating to the property forfeited be taken by deposition and that any designated book, paper, document, record, recording, or other material not privileged be produced at the same time and place, in the same manner as provided for the taking of depositions under Rule 15 of the Federal Rules of Criminal Procedure.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(6) conciliação de conflitos originados por esta seção.

Pendente da promulgação dos referidos regulamentos, todas as disposições da lei relativas à distribuição da propriedade, aos lucros resultantes da venda, à remissão ou atenuação de devoluções por violação às leis aduaneiras, e a conciliação de conflitos e indenização a informantes em relação às referidas devoluções deverão ser aplicadas a devoluções incorridas, ou alegadas terem incorrido, conforme as disposições desta seção, desde que aplicáveis e não inconsistentes com as disposições referidas. As obrigações impostas sobre o Serviço Aduaneiro ou qualquer pessoa com respeito à distribuição da propriedade conforme a lei aduaneira deverão ser aplicadas conforme este capítulo pelo Procurador-Geral.

(i) Exceto como disposto na subseção (l), nenhuma parte requerendo direito por propriedade sujeita à expropriação conforme esta seção poderá:

(1) intervir no julgamento ou na apelação de um caso criminal envolvendo a expropriação da referida propriedade conforme esta seção; ou

(2) iniciar uma ação de justiça ou equidade contra os Estados Unidos da América quanto à validade do direito alegado referente à propriedade, subsequente ao registro de denúncia ou informação alegando que a propriedade está sujeita à expropriação conforme esta seção.

(j) Os tribunais de distrito dos Estados Unidos da América terão jurisdição para emitir ordens como disposto nesta seção independentemente do local de qualquer propriedade que possa estar sujeita à expropriação conforme esta seção ou foi ordenado à expropriação conforme esta seção.

(k) A fim de facilitar a identificação ou local da propriedade declarada expropriada e facilitar o deferimento de requerimentos de remissão ou atenuação de expropriação, após a emissão de ordem que declara a propriedade expropriada aos Estados Unidos da América, o tribunal poderá, a pedido dos Estados Unidos da América, ordenar que o relato das testemunhas pertinente à propriedade expropriada seja tomado por depoimento e que todos os livros, papéis, documentos, registros, gravações ou outros materiais não sigilosos designados sejam produzidos ao mesmo tempo e lugar, da mesma forma como disposto na Norma nº 15 das Normas Federais de Processo Penal referente à tomada de depoimentos.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(1)

(1) Following the entry of an order of forfeiture under this section, the United States shall publish notice of the order and of its intent to dispose of the property in such manner as the Attorney General may direct. The Government may also, to the extent practicable, provide direct written notice to any person known to have alleged an interest in the property that is the subject of the order of forfeiture as a substitute for published notice as to those persons so notified.

(2) Any person, other than the defendant, asserting a legal interest in property which has been ordered forfeited to the United States pursuant to this section may, within thirty days of the final publication of notice or his receipt of notice under paragraph (1), whichever is earlier, petition the court for a hearing to adjudicate the validity of his alleged interest in the property. The hearing shall be held before the court alone, without a jury.

(3) The petition shall be signed by the petitioner under penalty of perjury and shall set forth the nature and extent of the petitioner's right, title, or interest in the property, the time and circumstances of the petitioner's acquisition of the right, title, or interest in the property, any additional facts supporting the petitioner's claim, and the relief sought.

(4) The hearing on the petition shall, to the extent practicable and consistent with the interests of justice, be held within thirty days of the filing of the petition. The court may consolidate the hearing on the petition with a hearing on any other petition filed by a person other than the defendant under this subsection.

(5) At the hearing, the petitioner may testify and present evidence and witnesses on his own behalf, and cross-examine witnesses who appear at the hearing. The United States may present evidence and witnesses in rebuttal and in defense of its claim to the property and cross-examine witnesses who appear at the hearing. In addition to testimony and evidence presented at the hearing, the court shall consider the relevant portions of the record of the criminal case which resulted in the order of forfeiture.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(1)

(1) Após a emissão da ordem de expropriação conforme esta seção, os Estados Unidos da América deverão publicar a notificação da ordem e o destino da propriedade na forma que o Procurador-Geral determinar. O Governo poderá também, sempre que possível, providenciar notificação escrita diretamente a qualquer pessoa que tenha alegado direito à propriedade sujeita à ordem de expropriação em substituição à publicação da notificação da ordem.

(2) Qualquer pessoa, outra que não o réu, que declare direito legítimo à propriedade ordenada à expropriação aos Estados Unidos da América conforme esta seção poderá, dentro de trinta dias da publicação final da notificação ou do recebimento de sua notificação conforme o parágrafo (1), o que ocorrer primeiro, requerer ao tribunal uma audiência para adjudicar a validade da alegação de seu direito sobre a propriedade. A audiência deverá ocorrer perante a corte sem o júri.

(3) O requerimento deverá ser assinado pelo peticionário sob pena de perjúrio e deverá descrever a natureza e extensão do direito do peticionário, título, ou direito sobre a propriedade, o tempo e circunstâncias da aquisição do direito do peticionário, título, ou direito sobre a propriedade, quaisquer fatos que contribuam para o pedido do peticionário e a reparação procurada.

(4) A audiência referente ao requerimento deverá, sempre que possível e consistente com os interesses da justiça, ocorrer dentro de trinta dias do registro do requerimento. O tribunal poderá unir a audiência referente ao requerimento com a audiência de qualquer outro requerimento registrado por outra pessoa que não o réu conforme esta seção.

(5) Na audiência, o peticionário poderá testemunhar e apresentar provas e testemunhas a seu favor e interrogar testemunhas que participem da audiência. Os Estados Unidos da América poderão apresentar provas e testemunhas em contraposição e em defesa de seu direito sobre a propriedade e interrogar testemunhas que participem da audiência. Além dos depoimentos e provas apresentados na audiência, o tribunal poderá considerar as partes relevantes do processo do caso criminal no qual resultou a ordem de expropriação.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(6) If, after the hearing, the court determines that the petitioner has established by a preponderance of the evidence that—

(A) the petitioner has a legal right, title, or interest in the property, and such right, title, or interest renders the order of forfeiture invalid in whole or in part because the right, title, or interest was vested in the petitioner rather than the defendant or was superior to any right, title, or interest of the defendant at the time of the commission of the acts which gave rise to the forfeiture of the property under this section; or

(B) the petitioner is a bona fide purchaser for value of the right, title, or interest in the property and was at the time of purchase reasonably without cause to believe that the property was subject to forfeiture under this section;

the court shall amend the order of forfeiture in accordance with its determination.

(7) Following the court's disposition of all petitions filed under this subsection, or if no such petitions are filed following the expiration of the period provided in paragraph (2) for the filing of such petitions, the United States shall have clear title to property that is the subject of the order of forfeiture and may warrant good title to any subsequent purchaser or transferee.

(m) If any of the property described in subsection (a), as a result of any act or omission of the defendant—

(1) cannot be located upon the exercise of due diligence;

(2) has been transferred or sold to, or deposited with, a third party;

(3) has been placed beyond the jurisdiction of the court;

(4) has been substantially diminished in value; or

(5) has been commingled with other property which cannot be divided without difficulty;

the court shall order the forfeiture of any other property of the defendant up to the value of any property described in paragraphs (1) through (5).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(6) Se, após a audiência, o tribunal determinar que o peticionário tenha comprovado, mediante preponderância das provas, que:

(A) o peticionário possui direito legítimo, título ou participação na propriedade, e esse direito, título ou participação torna a ordem de expropriação inválida no todo ou em parte porque o direito, título ou participação investia-se no peticionário em vez do réu ou possuía direito, título ou participação superior à do réu ao tempo da execução dos atos que causaram a expropriação da propriedade conforme esta seção; ou

(B) o peticionário é comprador de boa-fé do valor do direito, título, ou interesse da propriedade e que não havia motivos razoáveis no período da compra da propriedade para que este estivesse sujeito à expropriação conforme esta seção;

o tribunal poderá alterar a ordem de expropriação de acordo com sua determinação.

(7) Após o deferimento de todas as petições registradas conforme esta subseção pelo tribunal, ou se essas forem registradas após o período de expiração determinado no parágrafo (2) referente ao registro de petições, os Estados Unidos da América deverão possuir plena titularidade à propriedade sujeita à ordem de expropriação e poderão garantir a titularidade a quaisquer compradores ou beneficiários subsequentes.

(m) Se a propriedade descrita na subseção (a), resultante de qualquer ação ou omissão do réu:

(1) não puder ser localizado mediante diligências;

(2) tenha sido transferido, vendido ou depositado a terceiros;

(3) tenha sido afastado da jurisdição do tribunal;

(4) tenha tido seu valor substancialmente reduzido; ou

(5) tenha sido agregado a outra propriedade a qual não possa ser dividida sem dificuldade;

o tribunal poderá ordenar a expropriação de qualquer outra propriedade do réu até o limite do valor da propriedade descrito nos parágrafos (1) a (5).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 1964 - Civil remedies

(a) The district courts of the United States shall have jurisdiction to prevent and restrain violations of section [1962](#) of this chapter by issuing appropriate orders, including, but not limited to: ordering any person to divest himself of any interest, direct or indirect, in any enterprise; imposing reasonable restrictions on the future activities or investments of any person, including, but not limited to, prohibiting any person from engaging in the same type of endeavor as the enterprise engaged in, the activities of which affect interstate or foreign commerce; or ordering dissolution or reorganization of any enterprise, making due provision for the rights of innocent persons.

(b) The Attorney General may institute proceedings under this section. Pending final determination thereof, the court may at any time enter such restraining orders or prohibitions, or take such other actions, including the acceptance of satisfactory performance bonds, as it shall deem proper.

(c) Any person injured in his business or property by reason of a violation of section [1962](#) of this chapter may sue therefor in any appropriate United States district court and shall recover threefold the damages he sustains and the cost of the suit, including a reasonable attorney's fee, except that no person may rely upon any conduct that would have been actionable as fraud in the purchase or sale of securities to establish a violation of section [1962](#). The exception contained in the preceding sentence does not apply to an action against any person that is criminally convicted in connection with the fraud, in which case the statute of limitations shall start to run on the date on which the conviction becomes final.

(d) A final judgment or decree rendered in favor of the United States in any criminal proceeding brought by the United States under this chapter shall estop the defendant from denying the essential allegations of the criminal offense in any subsequent civil proceeding brought by the United States.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 1964 - Remédios civis

(a) Os tribunais de distrito dos Estados Unidos da América terão jurisdição para prevenir e reprimir violações da seção 1962 deste capítulo mediante emissão de ordens apropriadas, incluindo, mas não limitadas a: ordenar qualquer pessoa a despojar de qualquer interesse, direta ou indiretamente, em qualquer empresa; impor restrições razoáveis sobre as futuras atividades ou investimentos de qualquer pessoa, incluindo, mas não limitadas a, proibir qualquer pessoa de se envolver com o mesmo tipo de empreendimento de sua empresa, atividades que interferem no comércio interestadual ou internacional; ou ordenar a dissolução ou reorganização de qualquer empresa, tomando medidas para a proteção dos direitos das pessoas inocentes.

(b) O Procurador-Geral poderá instituir procedimentos conforme esta seção. Pendente a determinação final desses procedimentos, o tribunal poderá a qualquer tempo determinar a repressão mediante ordens ou proibições, ou tomar outras ações, incluindo a admissão de garantias satisfatórias, como determinar apropriado.

(c) Qualquer pessoa prejudicada em seus negócios ou propriedade por razão de violação da seção 1962 deste capítulo poderá, por conseguinte, propor ação em qualquer tribunal de distrito apropriado dos Estados Unidos da América para recuperar três vezes o valor dos danos adquiridos e o custo da ação, incluindo honorários razoáveis do advogado, exceto que nenhuma pessoa poderá depender de uma conduta que seria punível como fraude na compra ou venda de garantias que configure violação à seção 1962. A exceção contida no período anterior não se aplica a uma ação contra uma pessoa condenada criminalmente em conexão com a fraude, neste caso o período de prescrição deverá se iniciar na data da condenação final.

(d) O julgamento ou decisão final em favor dos Estados Unidos da América em qualquer procedimento criminal iniciado pelos Estados Unidos da América conforme este capítulo deverá impedir o réu de negar as alegações essenciais relativas ao crime em qualquer procedimento civil subsequente iniciado pelos Estados Unidos da América.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 1965 - Venue and process

(a) Any civil action or proceeding under this chapter against any person may be instituted in the district court of the United States for any district in which such person resides, is found, has an agent, or transacts his affairs.

(b) In any action under section [1964](#) of this chapter in any district court of the United States in which it is shown that the ends of justice require that other parties residing in any other district be brought before the court, the court may cause such parties to be summoned, and process for that purpose may be served in any judicial district of the United States by the marshal thereof.

(c) In any civil or criminal action or proceeding instituted by the United States under this chapter in the district court of the United States for any judicial district, subpoenas issued by such court to compel the attendance of witnesses may be served in any other judicial district, except that in any civil action or proceeding no such subpoena shall be issued for service upon any individual who resides in another district at a place more than one hundred miles from the place at which such court is held without approval given by a judge of such court upon a showing of good cause.

(d) All other process in any action or proceeding under this chapter may be served on any person in any judicial district in which such person resides, is found, has an agent, or transacts his affairs.

§ 1966 - Expedition of actions

In any civil action instituted under this chapter by the United States in any district court of the United States, the Attorney General may file with the clerk of such court a certificate stating that in his opinion the case is of general public importance. A copy of that certificate shall be furnished immediately by such clerk to the chief judge or in his absence to the presiding district judge of the district in which such action is pending. Upon receipt of such copy, such judge shall designate immediately a judge of that district to hear and determine action.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 1965 - Foro competente e processo

(a) Qualquer ação civil ou processo, conforme este capítulo, contra qualquer pessoa poderá ser iniciada no tribunal de distrito dos Estados Unidos da América por qualquer distrito no qual a pessoa resida, seja encontrada, possua um representante ou conduza seus negócios.

(b) Qualquer ação, conforme a seção 1964 deste capítulo, em qualquer tribunal de distrito dos Estados Unidos da América na qual os fins da justiça requeiram que outras partes que residam em outro distrito sejam trazidas a corte, o tribunal poderá intimar essas partes, e o procedimento poderá ser executado em qualquer distrito judicial dos Estados Unidos da América pelo oficial de justiça respectivo.

(c) Para qualquer ação civil ou criminal ou processo iniciado pelos Estados Unidos da América no tribunal de distrito dos Estados Unidos da América para qualquer distrito judicial, intimações emitidas pelo tribunal para compelir a apresentação das testemunhas poderão ser executadas em qualquer outro distrito judicial, exceto que nenhuma intimação poderá ser executada na ação ou processo civil quando o indivíduo residir em outro distrito, em local a mais de cem milhas do local na qual a corte sucederá, desde que aprovada pelo juiz do respectivo tribunal por boa causa.

(d) Todos os outros procedimentos em qualquer ação ou processo, conforme este capítulo, poderão alcançar qualquer pessoa em qualquer distrito judicial na qual resida, seja encontrada, possua um representante ou conduza seus negócios.

§ 1966 - Celeridade das ações

Em qualquer ação civil, conforme este capítulo, iniciada pelos Estados Unidos da América em qualquer tribunal de distrito dos Estados Unidos da América, o Procurador-Geral poderá registrar com o escrivão do tribunal um atestado declarando que, na sua opinião, o caso é de importância pública. Uma cópia do atestado deverá ser encaminhada imediatamente pelo escrivão ao Juiz Presidente, ou, na sua ausência, ao juiz presidente do distrito no qual a ação está pendente. Após o recebimento da cópia, o juiz deverá designar imediatamente o juiz do distrito para ouvir e determinar a ação.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 1967 - Evidence

In any proceeding ancillary to or in any civil action instituted by the United States under this chapter the proceedings may be open or closed to the public at the discretion of the court after consideration of the rights of affected persons.

§ 1968 - Civil investigative demand

(a) Whenever the Attorney General has reason to believe that any person or enterprise may be in possession, custody, or control of any documentary materials relevant to a racketeering investigation, he may, prior to the institution of a civil or criminal proceeding thereon, issue in writing, and cause to be served upon such person, a civil investigative demand requiring such person to produce such material for examination.

(b) Each such demand shall—

(1) state the nature of the conduct constituting the alleged racketeering violation which is under investigation and the provision of law applicable thereto;

(2) describe the class or classes of documentary material produced thereunder with such definiteness and certainty as to permit such material to be fairly identified;

(3) state that the demand is returnable forthwith or prescribe a return date which will provide a reasonable period of time within which the material so demanded may be assembled and made available for inspection and copying or reproduction; and

(4) identify the custodian to whom such material shall be made available.

(c) No such demand shall—

(1) contain any requirement which would be held to be unreasonable if contained in a subpoena duces tecum issued by a court of the United States in aid of a grand jury investigation of such alleged racketeering violation; or

(2) require the production of any documentary evidence which would be privileged from disclosure if demanded by a subpoena duces tecum issued by a court of the United States in aid of a grand jury investigation of such alleged racketeering violation.

(d) Service of any such demand or any petition filed under this section may be made upon a person by—

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 1967 - Provas

Em qualquer procedimento auxiliar à ação civil iniciada pelos Estados Unidos da América, conforme este capítulo, os procedimentos poderão ser abertos ou fechados ao público à discricionariedade do tribunal, após consideração sobre os direitos das pessoas afetadas.

§ 1968 - Demanda civil investigativa

(a) Quando o Procurador-Geral tiver motivos para acreditar que qualquer pessoa ou empresa possa estar em posse, custódia ou controle de qualquer material documental relevante à investigação de atividade de organização criminosa, ele poderá, anteriormente ao início de um processo civil ou criminal, ordenar por escrito, a ser cumprida sobre a pessoa, uma demanda civil investigativa requerendo à pessoa a apresentação do material para exame.

(b) Cada demanda deverá:

(1) declarar a natureza da conduta que constitui a atividade de organização criminosa alegada investigada e a disposição da lei aplicável;

(2) descrever as espécies do material documental apresentado com precisão e clareza para permitir sua legítima identificação;

(3) declarar que a demanda permite retorno sem demora ou estabelece uma data de retorno no qual proporcionará um período de tempo razoável no qual o material a ser demandado poderá ser compilado e posto em disponibilidade para inspeção, cópia ou reprodução; e

(4) identificar quem manterá a guarda do material que será posto em disponibilidade.

(c) A demanda não deverá:

(1) conter qualquer requisição a qual seria desarrazoada se contida em uma exibição de documentos ou coisa ordenada por um tribunal dos Estados Unidos da América em assistência a uma investigação de grande júri da violação alegada de atividade de organização criminosa;
ou

(2) requerer a apresentação de qualquer prova documental a qual seria sigilosa se solicitada por uma exibição de documentos ou coisa ordenada por um tribunal dos Estados Unidos da América em assistência a uma investigação de grande júri de violação de atividade de organização criminosa alegada.

(d) A citação da pessoa para qualquer demanda ou petição registrada conforme esta seção poderá ser feita mediante:

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(1) delivering a duly executed copy thereof to any partner, executive officer, managing agent, or general agent thereof, or to any agent thereof authorized by appointment or by law to receive service of process on behalf of such person, or upon any individual person;

(2) delivering a duly executed copy thereof to the principal office or place of business of the person to be served; or

(3) depositing such copy in the United States mail, by registered or certified mail duly addressed to such person at its principal office or place of business.

(e) A verified return by the individual serving any such demand or petition setting forth the manner of such service shall be prima facie proof of such service. In the case of service by registered or certified mail, such return shall be accompanied by the return post office receipt of delivery of such demand.

(f)

(1) The Attorney General shall designate a racketeering investigator to serve as racketeer document custodian, and such additional racketeering investigators as he shall determine from time to time to be necessary to serve as deputies to such officer.

(2) Any person upon whom any demand issued under this section has been duly served shall make such material available for inspection and copying or reproduction to the custodian designated therein at the principal place of business of such person, or at such other place as such custodian and such person thereafter may agree and prescribe in writing or as the court may direct, pursuant to this section on the return date specified in such demand, or on such later date as such custodian may prescribe in writing. Such person may upon written agreement between such person and the custodian substitute for copies of all or any part of such material originals thereof.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

- (1) expedição de cópia oficial executada por qualquer parceiro, agente da administração pública, agente administrador ou agente geral, ou a qualquer agente autorizado por designação ou por lei para fazer a citação, ou mediante qualquer pessoa;
 - (2) expedição de cópia oficial executada por gabinete principal ou local de negócios da pessoa a ser citada; ou
 - (3) depósito de cópia nos correios dos Estados Unidos da América, por correspondência registrada ou certificada oficialmente, endereçada ao gabinete principal ou local de negócios da pessoa a ser citada.
- (e) A fé de citação pelo indivíduo que cita a pessoa para a demanda ou petição que apresenta a forma da citação deverá ser prova *prima facie* da citação. No caso de citação por correspondência registrada ou certificada, a fé de citação deverá ser acompanhada pelo recibo dos correios da expedição da fé de citação da demanda.
- (f)
- (1) O Procurador-Geral deverá designar um investigador de atividade de organização criminosa para ser o responsável pelos documentos da organização criminosa, e periodicamente outros investigadores de atividade de organização criminosa que entender necessários para servirem de assistentes ao agente designado.
 - (2) Qualquer pessoa citada oficialmente para cumprimento de demanda ordenada conforme esta seção deverá pôr em disponibilidade para o responsável pelos documentos designado o material para inspeção, cópia e reprodução, em seu local principal de trabalho, ou em qualquer outro lugar que o responsável e a pessoa concordem e aquele determine por escrito, ou em qualquer outro lugar que o tribunal estabeleça, conforme esta seção e na data de retorno especificada na demanda, ou em data posterior a qual o responsável pelos documentos determine por escrito. A pessoa poderá, mediante acordo por escrito entre a pessoa e o responsável pelos documentos, providenciar cópias para todo ou qualquer parte do material original.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(3) The custodian to whom any documentary material is so delivered shall take physical possession thereof, and shall be responsible for the use made thereof and for the return thereof pursuant to this chapter. The custodian may cause the preparation of such copies of such documentary material as may be required for official use under regulations which shall be promulgated by the Attorney General. While in the possession of the custodian, no material so produced shall be available for examination, without the consent of the person who produced such material, by any individual other than the Attorney General. Under such reasonable terms and conditions as the Attorney General shall prescribe, documentary material while in the possession of the custodian shall be available for examination by the person who produced such material or any duly authorized representatives of such person.

(4) Whenever any attorney has been designated to appear on behalf of the United States before any court or grand jury in any case or proceeding involving any alleged violation of this chapter, the custodian may deliver to such attorney such documentary material in the possession of the custodian as such attorney determines to be required for use in the presentation of such case or proceeding on behalf of the United States. Upon the conclusion of any such case or proceeding, such attorney shall return to the custodian any documentary material so withdrawn which has not passed into the control of such court or grand jury through the introduction thereof into the record of such case or proceeding.

(5) Upon the completion of—

(i) the racketeering investigation for which any documentary material was produced under this chapter, and

(ii) any case or proceeding arising from such investigation, the custodian shall return to the person who produced such material all such material other than copies thereof made by the Attorney General pursuant to this subsection which has not passed into the control of any court or grand jury through the introduction thereof into the record of such case or proceeding.

(6) When any documentary material has been produced by any person under this section for use in any racketeering investigation, and no such case or proceeding arising therefrom has been instituted within a reasonable time after completion of the examination and analysis of all evidence assembled in the course of such investigation, such person shall be entitled, upon written demand made upon the Attorney General, to the return of all documentary material other than copies thereof made pursuant to this subsection so produced by such person.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(3) O responsável para o qual o material documental é encaminhado deverá tomar posse física deste, e deverá ser responsável pelo uso dado a ele e retorno, conforme este capítulo. O responsável pelos documentos poderá preparar as cópias do material documental para uso oficial conforme regulamentos que deverão ser promulgados pelo Procurador-Geral. Em posse do responsável pelos documentos, o material apresentado não estará disponível para exame sem a autorização da pessoa que apresentou o material, por qualquer outro indivíduo exceto o Procurador-Geral. Conforme esses termos razoáveis e condições que o Procurador-Geral determinar, o material documental em posse do responsável deverá ser posto em disponibilidade para exame pela pessoa que o apresentou ou por qualquer outro representante oficialmente autorizado pela pessoa.

(4) Quando um procurador for designado para representar a defesa dos Estados Unidos da América perante um tribunal ou grande júri em qualquer caso ou processo envolvendo alegação de violação deste capítulo, o responsável pelos documentos poderá encaminhar ao procurador o material documental em sua posse quando o procurador assim o determinar, para uso na apresentação do caso ou processo de representação aos Estados Unidos da América. Findo o caso ou procedimento, o procurador deverá retornar ao responsável pelos documentos qualquer material documental retirado que não tenha passado pelo controle do tribunal ou grande júri devido a sua introdução nos autos do processo.

(5) Após a conclusão:

(i) da investigação da atividade de organização criminosa para a qual o material documental foi produzido, conforme este capítulo e

(ii) do caso ou procedimento originado da investigação, o responsável pelos documentos deverá retornar todo o material à pessoa que o apresentou, exceto as cópias feitas pelo Procurador-Geral, conforme esta seção, que não passaram pelo controle do tribunal ou grande júri devido a sua introdução nos autos do processo.

(6) Quando o material produzido por qualquer pessoa, conforme esta seção, para utilização em investigação de atividade de organização criminosa, e o caso ou procedimento originado da investigação não tenha sido proposto dentro de um período de tempo razoável após a conclusão do exame e análise de todas as provas coletadas no curso da investigação, a pessoa deverá estar qualificada, mediante demanda escrita feita pelo Procurador-Geral, ao retorno de todo o material documental apresentado pela pessoa, exceto cópias produzidas, conforme esta subseção.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(7) In the event of the death, disability, or separation from service of the custodian of any documentary material produced under any demand issued under this section or the official relief of such custodian from responsibility for the custody and control of such material, the Attorney General shall promptly—

- (i) designate another racketeering investigator to serve as custodian thereof, and
- (ii) transmit notice in writing to the person who produced such material as to the identity and address of the successor so designated.

Any successor so designated shall have with regard to such materials all duties and responsibilities imposed by this section upon his predecessor in office with regard thereto, except that he shall not be held responsible for any default or dereliction which occurred before his designation as custodian.

(g) Whenever any person fails to comply with any civil investigative demand duly served upon him under this section or whenever satisfactory copying or reproduction of any such material cannot be done and such person refuses to surrender such material, the Attorney General may file, in the district court of the United States for any judicial district in which such person resides, is found, or transacts business, and serve upon such person a petition for an order of such court for the enforcement of this section, except that if such person transacts business in more than one such district such petition shall be filed in the district in which such person maintains his principal place of business, or in such other district in which such person transacts business as may be agreed upon by the parties to such petition.

(h) Within twenty days after the service of any such demand upon any person, or at any time before the return date specified in the demand, whichever period is shorter, such person may file, in the district court of the United States for the judicial district within which such person resides, is found, or transacts business, and serve upon such custodian a petition for an order of such court modifying or setting aside such demand. The time allowed for compliance with the demand in whole or in part as deemed proper and ordered by the court shall not run during the pendency of such petition in the court. Such petition shall specify each ground upon which the petitioner relies in seeking such relief, and may be based upon any failure of such demand to comply with the provisions of this section or upon any constitutional or other legal right or privilege of such person.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(7) Em caso de morte, invalidez ou afastamento de serviço do responsável por qualquer material documental produzido para qualquer demanda ordenada conforme esta seção, ou de dispensa oficial do responsável pela custódia e controle do material, o Procurador-Geral deverá prontamente:

(i) designar outro investigador de atividade de organização criminosa para servir como responsável pela custódia dos documentos, e

(ii) notificar por escrito à pessoa que produziu o material a identidade e endereço do substituto designado.

O substituto designado terá para com os materiais todas as obrigações e responsabilidades impostas por essa seção ao predecessor encarregado, exceto que não poderá ser responsabilizado por qualquer falta ou negligência ocorrida antes de sua designação como responsável pela custódia dos documentos.

(g) Quando a pessoa não cumprir com qualquer demanda civil investigativa oficialmente instaurada sobre ela, conforme esta seção, ou quando cópias suficientes ou reproduções do material não puderem ser feitas, e a pessoa recusa-se a entregar o material, o Procurador-Geral poderá registrar, no tribunal de distrito dos Estados Unidos da América do distrito judicial no qual a pessoa resida, seja encontrada ou conduza negócios, uma petição citando a pessoa para ordenar que o tribunal aplique as disposições desta seção, salvo quando a pessoa conduzir negócios em mais de um distrito, caso em que a petição deverá ser registrada no distrito no qual a pessoa mantém seu principal local de negócios, ou em outro distrito no qual a pessoa conduza negócios, mediante acordo das partes concernentes à petição.

(h) Dentro de vinte dias após a citação de qualquer pessoa para a demanda, ou a qualquer tempo anterior à data de retorno especificada na demanda, o período que for menor, a pessoa poderá registrar, no tribunal de distrito dos Estados Unidos da América do distrito judicial no qual resida, seja encontrada ou conduza negócios, uma petição quanto ao responsável pela custódia dos documentos para uma ordem do tribunal que modifique ou anule a demanda. O tempo permitido para o cumprimento da demanda, no todo ou em parte, como determinado apropriado e ordenado pelo tribunal não deverá ser contado durante a pendência da petição no tribunal. A petição deverá especificar os fundamentos nos quais o peticionário se baseia para justificar sua reparação, e pode se valer de qualquer falha da demanda no cumprimento das disposições desta seção, ou de qualquer outro direito constitucional ou legítimo, ou privilégio da pessoa.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(i) At any time during which any custodian is in custody or control of any documentary material delivered by any person in compliance with any such demand, such person may file, in the district court of the United States for the judicial district within which the office of such custodian is situated, and serve upon such custodian a petition for an order of such court requiring the performance by such custodian of any duty imposed upon him by this section.

(j) Whenever any petition is filed in any district court of the United States under this section, such court shall have jurisdiction to hear and determine the matter so presented, and to enter such order or orders as may be required to carry into effect the provisions of this section.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(i) A qualquer tempo, durante o período em que o responsável esteja com a custódia ou controle de qualquer material documental entregue por qualquer pessoa em cumprimento a qualquer demanda, a pessoa poderá registrar, no tribunal de distrito dos Estados Unidos da América do distrito judicial no qual o local de trabalho do responsável pela custódia se encontra, uma petição quanto ao responsável pela custódia para que o tribunal requeira a execução de qualquer obrigação imposta a este por esta seção.

(j) Quando uma petição for registrada em qualquer tribunal de distrito dos Estados Unidos da América, conforme esta seção, o tribunal deverá possuir jurisdição para ouvir e determinar sobre a matéria apresentada, e deliberar como for necessário para trazer a efeito as disposições desta seção.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

CHAPTER 113B-TERRORISM (§§23331-2339D)

§ 2331 - Definitions

As used in this chapter—

(1) the term “international terrorism” means activities that—

(A) involve violent acts or acts dangerous to human life that are a violation of the criminal laws of the United States or of any State, or that would be a criminal violation if committed within the jurisdiction of the United States or of any State;

(B) appear to be intended—

(i) to intimidate or coerce a civilian population;

(ii) to influence the policy of a government by intimidation or coercion; or

(iii) to affect the conduct of a government by mass destruction, assassination, or kidnapping;
and

(C) occur primarily outside the territorial jurisdiction of the United States, or transcend national boundaries in terms of the means by which they are accomplished, the persons they appear intended to intimidate or coerce, or the locale in which their perpetrators operate or seek asylum;

(2) the term “national of the United States” has the meaning given such term in section 101(a)(22) of the Immigration and Nationality Act;

(3) the term “person” means any individual or entity capable of holding a legal or beneficial interest in property;

(4) the term “act of war” means any act occurring in the course of—

(A) declared war;

(B) armed conflict, whether or not war has been declared, between two or more nations; or

(C) armed conflict between military forces of any origin; and

(5) the term “domestic terrorism” means activities that—

(A) involve acts dangerous to human life that are a violation of the criminal laws of the United States or of any State;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Capítulo 113B - Terrorismo (§§ 2331 –2339D)

§ 2331 - Definições

Para fins deste capítulo:

(1) O termo "terrorismo internacional" refere-se a atividades que:

(A) Envolvam atos violentos ou perigosos à vida humana que violem as leis criminais dos Estados Unidos da América ou de qualquer outro Estado, ou que seria uma infração penal se cometida na jurisdição dos Estados Unidos da América ou de qualquer outro Estado.

(B) Presumam-se ter a intenção de:

(i) intimidar ou coagir a população civil;

(ii) influenciar a política do governo por meio de intimidação ou coerção; ou

(iii) afetar a conduta do governo por meio de destruição em massa, homicídio ou sequestro; e

(C) Ocorram originalmente fora da jurisdição dos Estados Unidos da América, ou transcendam as fronteiras nacionais em termos dos meios utilizados para a atividade, das pessoas que são alvos da intimidação ou coerção, ou do local no qual seus perpetradores operem ou procurem asilo;

(2) O termo "nacional dos Estados Unidos da América" possui o significado atribuído a ele na seção 101(a)(22) da Lei de Imigração e Nacionalidade;

(3) O termo "pessoa" refere-se a qualquer indivíduo ou entidade detentora de direitos relativos à propriedade;

(4) O termo "ato de guerra" refere-se a qualquer atividade ocorrida no decurso de:

(A) guerra declarada;

(B) conflito armado, independentemente de guerra declarada, entre duas ou mais nações; ou

(C) conflito armado entre forças militares de qualquer origem; e

(5) o termo "terrorismo doméstico" refere-se a atividades que:

(A) envolvam atividades perigosas à vida humana que violem as leis criminais dos Estados Unidos da América ou de qualquer outro Estado;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(B) appear to be intended—

(i) to intimidate or coerce a civilian population;

(ii) to influence the policy of a government by intimidation or coercion; or

(iii) to affect the conduct of a government by mass destruction, assassination, or kidnapping;
and

(C) occur primarily within the territorial jurisdiction of the United States.

§ 2332a - Use of weapons of mass destruction

(a) Offense Against a National of the United States or Within the United States.— A person who, without lawful authority, uses, threatens, or attempts or conspires to use, a weapon of mass destruction—

(1) against a national of the United States while such national is outside of the United States;

(2) against any person or property within the United States, and

(A) the mail or any facility of interstate or foreign commerce is used in furtherance of the offense;

(B) such property is used in interstate or foreign commerce or in an activity that affects interstate or foreign commerce;

(C) any perpetrator travels in or causes another to travel in interstate or foreign commerce in furtherance of the offense; or

(D) the offense, or the results of the offense, affect interstate or foreign commerce, or, in the case of a threat, attempt, or conspiracy, would have affected interstate or foreign commerce;

(3) against any property that is owned, leased or used by the United States or by any department or agency of the United States, whether the property is within or outside of the United States; or

(4) against any property within the United States that is owned, leased, or used by a foreign government,

shall be imprisoned for any term of years or for life, and if death results, shall be punished by death or imprisoned for any term of years or for life.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(B) Presumam-se ter a intenção de:

(i) intimidar ou coagir a população civil;

(ii) influenciar a política do governo por meio de intimidação ou coerção; ou

(iii) afetar a conduta do governo por meio de destruição em massa, homicídio ou sequestro; e

(C) Ocorram originalmente dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos da América.

§2332a - Uso de armas de destruição em massa

(a) Crime contra um nacional dos Estados Unidos da América ou qualquer pessoa dentro do território dos Estados Unidos da América. Uma pessoa que, sem a devida autorização legal, utiliza, ameaça, tenta ou conspira para o uso de armas de destruição em massa:

(1) contra um nacional dos Estados Unidos da América quando este se encontra fora dos Estados Unidos da América;

(2) contra qualquer pessoa ou propriedade dentro do território dos Estados Unidos da América, e

(A) a correspondência ou qualquer instalação de comércio interestadual ou internacional é utilizada para promover o crime;

(B) a propriedade é utilizada em comércio interestadual ou internacional ou em atividade que interfere no comércio interestadual ou internacional;

(C) qualquer perpetrador que se desloque ou concorra para o deslocamento de outrem por meio de comércio interestadual ou internacional para a execução do crime; ou

(D) o crime ou os resultados do crime que afetem o comércio interestadual ou internacional, ou, em caso de ameaça, tentativa ou conspiração, afetariam o comércio interestadual ou internacional;

(3) contra qualquer propriedade que pertença ou seja alugada pelos Estados Unidos da América ou por qualquer outro departamento ou agência dos Estados Unidos da América, independentemente de a propriedade encontrar-se dentro ou fora dos Estados Unidos da América; ou

(4) contra qualquer propriedade que se encontre nos Estados Unidos da América que pertença ou seja alugada por governo estrangeiro,

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(b) Offense by National of the United States Outside of the United States.— Any national of the United States who, without lawful authority, uses, or threatens, attempts, or conspires to use, a weapon of mass destruction outside of the United States shall be imprisoned for any term of years or for life, and if death results, shall be punished by death, or by imprisonment for any term of years or for life.

(c) Definitions.— For purposes of this section—

(1) the term “national of the United States” has the meaning given in section 101(a)(22) of the Immigration and Nationality Act ([8 U.S.C. 1101 \(a\)\(22\)](#));

(2) the term “weapon of mass destruction” means—

(A) any destructive device as defined in section [921](#) of this title;

(B) any weapon that is designed or intended to cause death or serious bodily injury through the release, dissemination, or impact of toxic or poisonous chemicals, or their precursors;

(C) any weapon involving a biological agent, toxin, or vector (as those terms are defined in section [178](#) of this title); or

(D) any weapon that is designed to release radiation or radioactivity at a level dangerous to human life; and

(3) the term “property” includes all real and personal property

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(b) Crime cometido por americano fora dos Estados Unidos da América:

Qualquer americano que, sem a devida autorização legal, utiliza, ameaça, tenta ou conspira para o uso de armas de destruição em massa fora dos Estados Unidos da América será mantido em reclusão pelo período de tempo determinado ou mantido em prisão perpétua, e se resulta morte, será punido com pena de morte ou reclusão pelo período de tempo determinado ou prisão perpétua.

(c) Definições - para fins desta seção -

(1) o termo "nacional dos Estados Unidos da América" possui o significado atribuído a ele na seção 101(a)(22) da Lei de Imigração e Nacionalidade (8 U.S.C. 1101 (a)(22));

(2) o termo "arma de destruição em massa" refere-se a:

(A) qualquer aparelho como definido na seção 921 deste título;

(B) qualquer arma projetada ou destinada a causar morte ou lesão corporal grave por meio da liberação, disseminação ou lançamento de substâncias tóxicas ou venenosas, ou precursores;

(C) qualquer arma que envolva um agente biológico, toxina ou vetor (como definido na seção 178 deste título); ou

(D) qualquer arma projetada para a liberação de radiação ou radioatividade em nível perigoso para a vida humana; e

(3) o termo "propriedade" inclui toda propriedade imóvel ou pessoal.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

USC Title 18 › Part I › Chapter 118 › § 2441- War Crimes

(a) Offense.— Whoever, whether inside or outside the United States, commits a war crime, in any of the circumstances described in subsection (b), shall be fined under this title or imprisoned for life or any term of years, or both, and if death results to the victim, shall also be subject to the penalty of death.

(b) Circumstances.— The circumstances referred to in subsection (a) are that the person committing such war crime or the victim of such war crime is a member of the Armed Forces of the United States or a national of the United States (as defined in section 101 of the Immigration and Nationality Act).

(c) Definition.— As used in this section the term “war crime” means any conduct—

(1) defined as a grave breach in any of the international conventions signed at Geneva 12 August 1949, or any protocol to such convention to which the United States is a party;

(2) prohibited by Article 23, 25, 27, or 28 of the Annex to the Hague Convention IV, Respecting the Laws and Customs of War on Land, signed 18 October 1907;

(3) which constitutes a grave breach of common Article 3 (as defined in subsection (d)) when committed in the context of and in association with an armed conflict not of an international character; or

(4) of a person who, in relation to an armed conflict and contrary to the provisions of the Protocol on Prohibitions or Restrictions on the Use of Mines, Booby-Traps and Other Devices as amended at Geneva on 3 May 1996 (Protocol II as amended on 3 May 1996), when the United States is a party to such Protocol, willfully kills or causes serious injury to civilians.

(d) Common Article 3 Violations.—

(1) Prohibited conduct.— In subsection (c)(3), the term “grave breach of common Article 3” means any conduct (such conduct constituting a grave breach of common Article 3 of the international conventions done at Geneva August 12, 1949), as follows:

(A) Torture.— The act of a person who commits, or conspires or attempts to commit, an act specifically intended to inflict severe physical or mental pain or suffering (other than pain or suffering incidental to lawful sanctions) upon another person within his custody or physical control for the purpose of obtaining information or a confession, punishment, intimidation, coercion, or any reason based on discrimination of any kind.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

§ 2441 - Crimes de Guerra

(a) Crime. O indivíduo que, dentro ou fora dos Estados Unidos da América, cometer um crime de guerra, em qualquer uma das circunstâncias descritas na subseção (b), incorrerá nas penas previstas neste título, ou mantido em prisão perpétua ou pelo tempo determinado, ou ambos, e se resulta morte da vítima, estará sujeito também a pena de morte.

(b) Circunstâncias. As circunstâncias referidas na subseção (a) configuram-se se a pessoa que comete o crime de guerra ou a vítima do crime de guerra for um membro das Forças Armadas dos Estados Unidos da América ou um nacional dos Estados Unidos da América (como definido na seção 101 da Lei de Imigração e Nacionalidade).

(c) Definição. Para fins desta seção o termo "crime de guerra" significa qualquer conduta:

(1) definida como grave violação em qualquer dos tratados assinados em 12 de agosto de 1949 em Genebra, ou qualquer outro protocolo relativo à convenção na qual os Estados Unidos da América sejam parte;

(2) proibida pelos artigos 23, 25, 27 ou 28 do Anexo IV à Convenção da Haia, referente às Leis e Costumes de Guerra em Terra, assinado em 18 de outubro de 1907;

(3) que constitua grave violação ao artigo comum 3º (como definido na subseção (d)) quando cometido no contexto ou em associação com conflito armado de caráter não internacional; ou

(4) de uma pessoa que, relacionada a um conflito armado e contrário às disposições do Protocolo de Proibições ou Limitações sobre o Uso de Minas, Armadilhas e Outros Dispositivos alterado em Genebra, em 3 de maio de 1996 (Protocolo II alterado em 3 de maio de 1996), quando os Estados Unidos da América sejam parte do referido protocolo, dolosamente mata ou causa lesão grave à civis.

(d) Violações ao Artigo Comum 3º:

(1) Conduta proibida. Na subseção (c)(3), o termo "grave violação ao artigo comum 3º" refere-se a qualquer conduta (conduta que constitui grave violação ao artigo comum 3º das convenções internacionais realizadas em 12 de agosto de 1949, em Genebra), definida a seguir:

(A) Tortura. O ato que uma pessoa comete, conspira para cometer ou tenta cometer um ato especificamente intencionado a causar intensa dor física ou mental, ou sofrimento (outro além de dor ou sofrimento punido por lei) a outra pessoa sob sua guarda ou autoridade, com o fim de obter informação ou confissão, punir, intimidar, coagir ou qualquer outra razão baseada em discriminação de qualquer tipo.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(B) Cruel or inhuman treatment.— The act of a person who commits, or conspires or attempts to commit, an act intended to inflict severe or serious physical or mental pain or suffering (other than pain or suffering incidental to lawful sanctions), including serious physical abuse, upon another within his custody or control.

(C) Performing biological experiments.— The act of a person who subjects, or conspires or attempts to subject, one or more persons within his custody or physical control to biological experiments without a legitimate medical or dental purpose and in so doing endangers the body or health of such person or persons.

(D) Murder.— The act of a person who intentionally kills, or conspires or attempts to kill, or kills whether intentionally or unintentionally in the course of committing any other offense under this subsection, one or more persons taking no active part in the hostilities, including those placed out of combat by sickness, wounds, detention, or any other cause.

(E) Mutilation or maiming.— The act of a person who intentionally injures, or conspires or attempts to injure, or injures whether intentionally or unintentionally in the course of committing any other offense under this subsection, one or more persons taking no active part in the hostilities, including those placed out of combat by sickness, wounds, detention, or any other cause, by disfiguring the person or persons by any mutilation thereof or by permanently disabling any member, limb, or organ of his body, without any legitimate medical or dental purpose.

(F) Intentionally causing serious bodily injury.— The act of a person who intentionally causes, or conspires or attempts to cause, serious bodily injury to one or more persons, including lawful combatants, in violation of the law of war.

(G) Rape.— The act of a person who forcibly or with coercion or threat of force wrongfully invades, or conspires or attempts to invade, the body of a person by penetrating, however slightly, the anal or genital opening of the victim with any part of the body of the accused, or with any foreign object.

(H) Sexual assault or abuse.— The act of a person who forcibly or with coercion or threat of force engages, or conspires or attempts to engage, in sexual contact with one or more persons, or causes, or conspires or attempts to cause, one or more persons to engage in sexual contact.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(B) Tratamento cruel ou desumano. O ato que uma pessoa comete, conspira para cometer ou tenta cometer um ato intencionado a causar intensa ou grave dor física ou mental, ou sofrimento (outro além de dor ou sofrimento punido por lei), incluindo grave abuso físico, a outra pessoa sob sua guarda ou autoridade.

(C) Realização de experimentos biológicos. O ato de uma pessoa que submete, conspira para submeter ou tenta submeter uma ou mais pessoas sob sua guarda ou autoridade a experimentos biológicos sem legítimo objetivo médico ou odontológico, e ao fazê-lo põe em perigo o corpo ou saúde da(s) pessoa(s).

(D) Homicídio. O ato de uma pessoa que dolosamente mata, conspira para matar ou tenta matar, ou mata ,dolosamente ou culposamente, no decurso de cometer qualquer outro crime desta subseção uma ou mais pessoas que não tomam parte ativa das hostilidades, incluindo aquelas postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou qualquer outra causa.

(E) Mutilação ou deformação. O ato de uma pessoa que dolosamente fere, conspira para ferir ou tenta ferir, ou fere, dolosamente ou culposamente, no decurso de cometer qualquer outro crime desta subseção uma ou mais pessoas que não tomam parte ativa das hostilidades, incluindo aquelas postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou qualquer outra causa, ao desfigurar a(s) pessoa(s) por meio de qualquer mutilação ou ao debilitar permanentemente qualquer membro ou órgão do corpo, sem legítimo objetivo médico ou odontológico.

(F) Dolosamente causar lesão corporal grave. O ato de uma pessoa que intencionalmente causa, conspira para causar ou tenta causar lesão corporal grave a uma ou mais pessoas, incluindo combatentes legítimos, em violação à lei da guerra.

(G) Estupro. O ato de uma pessoa que utiliza de violência, coerção ou grave ameaça para indevidamente invadir, conspira para invadir ou tenta invadir o corpo de uma pessoa por meio de penetração, mesmo leve, anal ou vaginal com qualquer parte do corpo do acusado, ou qualquer objeto.

(H) Assédio ou abuso sexual. O ato de uma pessoa que utiliza de violência, coerção ou grave ameaça para praticar, conspira para praticar ou tenta praticar relação sexual com uma ou mais pessoas, ou causa, conspira para causar ou tenta causar uma ou mais pessoas a praticarem relação sexual.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(I) Taking hostages.— The act of a person who, having knowingly seized or detained one or more persons, threatens to kill, injure, or continue to detain such person or persons with the intent of compelling any nation, person other than the hostage, or group of persons to act or refrain from acting as an explicit or implicit condition for the safety or release of such person or persons.

(2) Definitions.— In the case of an offense under subsection (a) by reason of subsection (c)(3)—

(A) the term “severe mental pain or suffering” shall be applied for purposes of paragraphs (1)(A) and (1)(B) in accordance with the meaning given that term in section [2340 \(2\)](#) of this title;

(B) the term “serious bodily injury” shall be applied for purposes of paragraph (1)(F) in accordance with the meaning given that term in section [113 \(b\)\(2\)](#) of this title;

(C) the term “sexual contact” shall be applied for purposes of paragraph (1)(G) in accordance with the meaning given that term in section [2246 \(3\)](#) of this title;

(D) the term “serious physical pain or suffering” shall be applied for purposes of paragraph (1)(B) as meaning bodily injury that involves—

(i) a substantial risk of death;

(ii) extreme physical pain;

(iii) a burn or physical disfigurement of a serious nature (other than cuts, abrasions, or bruises); or

(iv) significant loss or impairment of the function of a bodily member, organ, or mental faculty; and

(E) the term “serious mental pain or suffering” shall be applied for purposes of paragraph (1)(B) in accordance with the meaning given the term “severe mental pain or suffering” (as defined in section [2340 \(2\)](#) of this title), except that—

(i) the term “serious” shall replace the term “severe” where it appears; and

(ii) as to conduct occurring after the date of the enactment of the Military Commissions Act of 2006, the term “serious and non-transitory mental harm (which need not be prolonged)” shall replace the term “prolonged mental harm” where it appears.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(I) Manter reféns. O ato de uma pessoa que, conscientemente, mantém em seu poder uma ou mais pessoas, ameaça matar ou ferir, ou continua a manter essa(s) pessoa(s) em seu poder com a intenção de compelir qualquer nação, pessoa não refém ou grupo de pessoas a agir ou deixar de agir como condição explícita ou implícita de segurança ou liberação dessa(s) pessoa(s)

(2) Definições. No caso de crime nos termos da subseção (a) por razão referente à subseção (c)(3):

(A) o termo "intensa dor mental ou sofrimento" será aplicado para fins dos parágrafos (1)(A) e (1)(B) de acordo com o significado atribuído a ele na seção 113 (b)(2) deste título;

(B) o termo "lesão corporal grave" será aplicado para fins do parágrafo (1)(F) de acordo com o significado atribuído a ele na seção 113 (b)(2) deste título;

(C) o termo "relação sexual" será aplicado para fins do parágrafo (1)(G) de acordo com o significado atribuído a ele na seção 2246(3) deste título;

(D) o termo "grave dor física ou sofrimento" será aplicado para fins do parágrafo (1)(B) com o significado de lesão corporal que envolva:

(i) risco substancial de morte;

(ii) extrema dor física

(iii) queimadura ou desfiguração de natureza grave (outra além de cortes, esfoladuras ou hematomas); ou

(iv) perda significativa ou incapacidade da função de membro ou órgão, ou faculdade mental;
e

(E) o termo "grave dor mental ou sofrimento" será aplicado para fins do parágrafo (1)(B) de acordo com o significado atribuído ao termo "intensa dor mental ou sofrimento" (definido na seção 2340 (2) deste título), exceto quando:

(i) o termo "grave" substituir o termo "intenso"; e

(ii) a conduta ocorrer após a data de promulgação da Lei das Comissões Militares de 2006. O termo "dano mental grave e não transitório (não necessariamente prolongado)" será substituído pelo termo "dano mental prolongado" quando aparecer.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(3) Inapplicability of certain provisions with respect to collateral damage or incident of lawful attack.— The intent specified for the conduct stated in subparagraphs (D), (E), and (F) or paragraph (1) precludes the applicability of those subparagraphs to an offense under subsection (a) by reasons of subsection (c)(3) with respect to—

(A) collateral damage; or

(B) death, damage, or injury incident to a lawful attack.

(4) Inapplicability of taking hostages to prisoner exchange.— Paragraph (1)(I) does not apply to an offense under subsection (a) by reason of subsection (c)(3) in the case of a prisoner exchange during wartime.

(5) Definition of grave breaches.— The definitions in this subsection are intended only to define the grave breaches of common Article 3 and not the full scope of United States obligations under that Article.

§ 2442 - Recruitment or use of child soldiers

(a) Offense.— Whoever knowingly—

(1) recruits, enlists, or conscripts a person to serve while such person is under 15 years of age in an armed force or group; or

(2) uses a person under 15 years of age to participate actively in hostilities;

knowing such person is under 15 years of age, shall be punished as provided in subsection (b).

(b) Penalty.— Whoever violates, or attempts or conspires to violate, subsection (a) shall be fined under this title or imprisoned not more than 20 years, or both and, if death of any person results, shall be fined under this title and imprisoned for any term of years or for life.

(c) Jurisdiction.— There is jurisdiction over an offense described in subsection (a), and any attempt or conspiracy to commit such offense, if—

(1) the alleged offender is a national of the United States (as defined in section 101(a)(22) of the Immigration and Nationality Act ([8 U.S.C. 1101 \(a\)\(22\)](#))) or an alien lawfully admitted for permanent residence in the United States (as defined in section 101(a)(20) of such Act ([8 U.S.C. 1101 \(a\)\(20\)](#)));

(2) the alleged offender is a stateless person whose habitual residence is in the United States;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(3) Inaplicabilidade de determinadas disposições em relação a dano colateral ou incidente de ataque legítimo. A intenção especificada para a conduta descrita nos subparágrafos (D), (E), e (F), ou no parágrafo (1), exclui a aplicabilidade desses subparágrafos a um crime referente à subseção (a) por razões da subseção (c)(3) em relação a:

(A) dano colateral; ou

(B) morte, dano ou ferimento decorrente de ataque legítimo.

(4) Inaplicabilidade do crime de manter reféns devido à troca de prisioneiros. O parágrafo (1)(I) não se aplica ao crime referente à subseção (a) por razões da subseção (c)(3) em caso de troca de prisioneiros durante o período de guerra.

(5) Definição de violação grave. As definições desta subseção definem apenas as violações graves do Artigo comum 3º, e não da totalidade de obrigações dos Estados Unidos da América referente ao Artigo.

§ 2442 - Recrutamento ou uso de crianças como soldados

(a) Crime. O indivíduo que conscientemente:

(1) Recruta, arrola ou compulsoriamente alista uma pessoa menor de 15 anos de idade a servir em forças ou grupos armados; ou

(2) utiliza uma pessoa menor de 15 anos de idade para participar ativamente de hostilidades; sabendo que a pessoa em questão possui menos de 15 anos de idade, será punido como disposto na subseção (b).

(b) Penalidade. O indivíduo que violar, tentar ou conspirar para violar a subseção (a) será punido como disposto neste título ou mantido em reclusão por no máximo 20 anos, ou ambos,. Se resultar morte de qualquer indivíduo, será punido como disposto neste título e mantido em reclusão pelo período de tempo determinado ou em prisão perpétua.

(c) Jurisdição. Haverá jurisdição sobre o crime descrito na subseção (a) e na tentativa ou conspiração para cometê-lo se:

(1) o acusado é um nacional dos Estados Unidos da América (como definido na seção 101(a)(22) da Lei de Imigração e Nacionalidade (8 U.S.C 1101(a)(22))) ou um estrangeiro legitimamente admitido a fixar residência permanente nos Estados Unidos da América (como definido na seção 101(a)(20) da referida lei (8 U.S.C 1101(a)(20));

(2) o acusado é apátrida e sua residência habitual é nos Estados Unidos da América;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(3) the alleged offender is present in the United States, irrespective of the nationality of the alleged offender; or

(4) the offense occurs in whole or in part within the United States.

(d) **Definitions.**— In this section:

(1) **Participate actively in hostilities.**— The term “participate actively in hostilities” means taking part in—

(A) combat or military activities related to combat, including sabotage and serving as a decoy, a courier, or at a military checkpoint; or

(B) direct support functions related to combat, including transporting supplies or providing other services.

(2) **Armed force or group.**— The term “armed force or group” means any army, militia, or other military organization, whether or not it is state-sponsored, excluding any group assembled solely for nonviolent political association.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

(3) o acusado encontra-se nos Estados Unidos da América, independentemente de sua nacionalidade; ou

(4) o crime ocorre no todo ou em parte dentro dos Estados Unidos da América.

(d) Definições. Para fins desta seção:

(1) Participar ativamente em hostilidades. O termo "participar ativamente em hostilidades" significar tomar parte em:

(A) combate ou atividades militares relacionadas a combate, incluindo sabotagem, serviço como engodo, mensageiro ou serviço em posto militar; ou

(B) funções de apoio direto relacionadas a combate, incluindo transporte de suprimentos ou outros serviços.

(2) Forças ou grupos armados. O termo "forças ou grupos armados" significa qualquer exército, milícia ou outra organização militar, independentemente se patrocinada por Estado ou não, excluindo grupos associados exclusivamente para atividades políticas não violentas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
 Projeto Final de Tradução
 Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

4 GLOSSÁRIO

Term	Alien (n/v)
Definition and Source	A person owing allegiance to a country other than that in which he lives; foreigner. http://www.thefreedictionary.com/alien
Termo	Estrangeiro (s)
Definição e Fonte	Alienar; transferir; ceder; estrangeiro; estranho. MELLO, Maria Chaves de. <i>Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português</i> . São Paulo. Ed. Método, 2008.

Term	Breach (n)
Definition and Source	A failure or violation of a legal obligation http://www.nolo.com/dictionary/
Termo	Violação (s)
Definição e Fonte	Infração; Violação; Ruptura MELLO, Maria Chaves de. <i>Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português</i> . São Paulo. Ed. Método, 2008.

Term	Defendant(n)
Definition and Source	the party sued in a civil lawsuit or the party charged with a crime in a criminal prosecution. http://dictionary.law.com/Default.aspx?selected=465
Termo	Réu (s)
Definição e Fonte	Réu; parte passiva da ação; indiciado. MELLO, Maria Chaves de. <i>Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português</i> . São Paulo. Ed. Método, 2008.

Term	Embezzlement (n)
Definition and Source	The crime of stealing the funds or property of an employer, company, or government or misappropriating money or assets held in trust. http://www.nolo.com/dictionary/
Termo	Apropriação indébita (s)
Definição e Fonte	Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção. Código Penal, Art. 168. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
 Projeto Final de Tradução
 Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Term	Felonious (n)
Definition and Source	1) Refers to an act done with criminal intent. The term is used to distinguish between a wrong that was not malicious and an intentional crime, as in "felonious assault," which is an attack meant to do real harm. 2) Relating to a felony. http://www.nolo.com/dictionary/
Termo	Doloso (s)
Definição e Fonte	Doloso; malicioso. MELLO, Maria Chaves de. Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português. São Paulo. Ed. Método, 2008.

Term	Fine (v/n)
Definition and Source	1. A sum of money required to be paid as a penalty for an offense. 2. A forfeiture or penalty to be paid to the offended party in a civil action. http://www.thefreedictionary.com/fine
Termo	Multa, pena (s)
Definição e Fonte	Multar; penalizar; Multa; pena pecuniária. MELLO, Maria Chaves de. Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português. São Paulo. Ed. Método, 2008.

Term	Forfeiture (n)
Definition and Source	Loss of property due to a violation of law http://dictionary.law.com/Default.aspx?selected=773
Termo	Expropriação (s)
Definição e Fonte	Ato com que se subtrai direito de outrem. http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=expropria%C3%A7%C3%A3o

Term	Hearing (n)
Definition and Source	any proceeding before a judge or other magistrate (such as a hearing officer or court commissioner) without a jury in which evidence and/or argument is presented to determine some issue of fact or both issues of fact and law. http://dictionary.law.com/Default.aspx?selected=857
Termo	Audiência (s)
Definição e Fonte	Sessão realizada por magistrados para julgarem as causas criminais. http://www.dicio.com.br/audiencia/

Term	Offense (n)
Definition and Source	A violation of the law, a crime. http://www.nolo.com/dictionary/
Termo	Crime (s)
Definição e Fonte	Crime; delito penal. MELLO, Maria Chaves de. Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português. São Paulo. Ed. Método, 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
 Projeto Final de Tradução
 Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Term	Property (n)
Definition and Source	Anything that is owned by a person or entity. http://dictionary.law.com/Default.aspx?selected=1645
Termo	Propriedade (s)
Definição e Fonte	Propriedade; bens; bem; direito de propriedade. MELLO, Maria Chaves de. <i>Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português</i> . São Paulo. Ed. Método, 2008.

Term	Restraining order(n)
Definition and Source	An order from a court directing one person not to do something, such as make contact with another person, enter the family home, or remove a child from the state. http://www.nolo.com/dictionary/restraining-order-term.html
Termo	Medida cautelar (s)
Definição e Fonte	É um procedimento intentado para prevenir, conservar ou defender direitos. http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verGlossario.php?sigla=portalStfGlossario_pt_br&indice=M&verbete=176214

Term	Serious bodily injury (n)
Definition and Source	Any harm done to a person by the acts or omissions of another. http://dictionary.law.com/Default.aspx?selected=964
Termo	Lesão corporal grave (s)
Definição e Fonte	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Código penal, art. 129. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

Term	Threat of Force (n)
Definition and Source	An indication of impending danger or harm. http://www.thefreedictionary.com/threat
Termo	Grave ameaça (s)
Definição e Fonte	Constrangimento moral pelo qual uma pessoa procura impor sua vontade a outrem, a fim de que esta faça o que lhe é determinado, sob pena de sofrer dano considerável de um bem jurídico. http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295704/grave-ameaca

Term	Willfully (adv)
Definition and Source	Intentional, conscious, and intended to achieve a particular result. http://www.nolo.com/dictionary/
Termo	Dolosamente (adv)
Definição e Fonte	Voluntário; deliberado; premeditado; doloso. MELLO, Maria Chaves de. <i>Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português</i> . São Paulo. Ed. Método, 2008.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORJA ALBI, Anabel. *The concept of equivalence in the translation of medical and legal texts*. International Journal of Translation, Vol. 12, 2000.

CAMARGO, Diva Cardoso de. *Tradução e tipologia textual*. Tradução & Comunicação, revista brasileira de tradutores, n. 16, 2007.

GARZONE, Giuliana. *Legal translation and functionalist approaches: a contradiction in terms ?* University of Bologna, 2000.

KENNY, Dorothy. *Equivalence*. In: BAKER, Mona. *Routledge Encyclopedia of translation studies*. Taylor & Francis e-Library, 2005.

MESCHONNIC, Henri. *A poética do traduzir*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2010.

OLIVEIRA, Alessandra Ramos de. *Equivalência: sinônimo de divergência*. Cadernos de tradução, v. 1, n. 19, UFSC, 2007.

POSSAMAI, V. ; LEIPNITZ, L. . Estudos de gênero aplicados À tradução. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2007, Tubarão. Anais do 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2007.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução: a questão da equivalência*. Alfa, São Paulo, 44 (n.esp), 2000.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility*. Londres: Routledge, 1995.

ZIPSER, Meta Elisabeth. *Do fato à reportagem: as diferenças de enfoque e a tradução como representação cultural*. São Paulo, 2002.

Dicionários e textos auxiliares:

Dicionário inglês-inglês. Disponível em <http://www.thefreedictionary.com/>

Dicionário Priberam da língua portuguesa. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/>

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LETRAS - TRADUÇÃO - INGLÊS
Projeto Final de Tradução
Autor: Vitor Felipe Pereira Silva

Dicionário jurídico inglês-inglês. Disponível em <http://dictionary.law.com/>

Dicionário jurídico inglês-inglês. Disponível em <http://www.nolo.com/dictionary>

Dicionário online de português. Disponível em <http://www.dicio.com.br/>

MELLO, Maria Chaves de. *Míni Dicionário Jurídico Português/Inglês e Inglês/Português*. São Paulo. Ed. Método, 2008.

Artigos jurídicos diversos. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/>

United States Code. Disponível em <http://www.law.cornell.edu/uscode/text>